



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH**

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

**TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO – TCC**

ISABELLE BARCELOS MARTINS DA SILVA

**Aumento do fluxo de imigrantes no Brasil: Desafios para o atendimento de
assistentes sociais**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Rocha da Pires Monteiro

**Brasília – DF
2023**

ISABELLE BARCELOS MARTINS DA SILVA

Aumento do fluxo de imigrantes no Brasil: Os desafios para o atendimento de assistentes sociais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Simone Rocha da Pires Monteiro

Brasília – DF

2023

ISABELLE BARCELOS MARTINS DA SILVA

A Aumento do fluxo de imigrantes no Brasil: Desafios para o atendimento de assistentes sociais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Lopes da Silva

Brasília, 18 de setembro, 2023.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Rocha da Pires Monteiro
Departamento de Serviço Social - Universidade de Brasília

Membro Interno: Prof.^a Dr.^a Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social - Universidade de Brasília

Membro Interno: Prof.^a Dr.^a Marlene de Jesus Silva Santos

Dedico esse trabalho à toda pessoa imigrante. À classe trabalhadora. Às mulheres. Aos movimentos sociais. À juventude universitária, periférica e LGBTQIA+. À todas as pessoas que resistem todos os dias para existirem.

AGRADECIMENTOS

Irei iniciar a sessão de agradecimentos à minha orientadora desse trabalho, desde o começo sabíamos do desafio que seria pesquisar sobre um tema tão pouco debatido, mas justamente por este motivo, persistimos. A sua compreensão e paciência foram fundamentais para concluir esse estudo que me mudou completamente e me aprofundar na questão dos imigrantes com certeza ampliou a futura profissional que serei.

Gostaria de agradecer à minha supervisora de estágio, Elessandra, que espero chamar em breve de colega de profissão, mas que hoje posso chamar de amiga. Por eu ser uma estudante da periferia, esse sempre foi um dos desafios continuar a graduação, mas depois de presenciar de perto a sua conduta ética no exercício da profissão, tive certeza de que iria finalizar a minha graduação. Por isso, estou ansiosa para um dia ser metade da grande assistente social que você é.

Beth e Ana, obrigada por serem a minha companhia durante diversas noites em que eu passei lendo textos e escrevendo ao lado de vocês. Obrigada por me derem momentos de diversão, conversas construtivas e um apoio sem fim que nunca tinha experienciado antes. Mesmo me conhecendo por pouco tempo, vocês me ajudaram e acreditaram em mim sem pensar duas vezes. Isso é raro. Sem vocês, esse trabalho não finalizaria.

Às minhas colegas de curso que fui adquirindo como uma verdadeira dádiva que a graduação de Serviço Social me deu. Ter essas mulheres como amigas e futuras colegas de profissão certamente me incentivou e ainda incentiva a me empenhar para que eu seja uma estudante, futura assistente social e, principalmente, uma mulher melhor. Tenham certeza de que as suas vivências me inspira todos os dias, obrigada por todos os momentos de apoio, com certeza me guiaram até a finalização desse trabalho. Cada abraço, palavras de incentivo e risadas trocadas durante esse período me ajudou imensamente.

Em especial, quero agradecer à Evelin, que nos últimos meses foi uma verdadeira rocha. Quando eu escolhi o meu local de estágio, há mais de um ano atrás, eu não sabia que iria encontrar uma pessoa de um caráter tão especial como o seu. Muitas vezes nem eu acreditei em mim, mas você nunca desistiu. A sua amizade me fortaleceu e é tão magnífico ver você construir o seu futuro brilhante. Novamente, obrigada.

Às minhas amigas que conheço desde o ensino fundamental, pessoas de corações corajosos que estão sempre esbravejando o mundo através de suas verdades, quando penso em vocês, me convenço sempre de que estamos há tanto tempo convivendo que gosto de dizer para mim mesma que parte da minha criação e do meu caráter vieram a partir de todas as nossas experiências compartilhadas. Eu os vi crescer e sonhar e você fizeram o mesmo comigo. Vocês me ensinaram que não preciso ter medo de quem eu realmente quero ser, me ensinaram que não importa de onde viemos, mesmo tendo que dobrar ou triplicar os meus esforços, mesmo não sendo justo, mesmo sendo cansativo e com muita luta, conseguimos chegar lá.

Mônica, Maiara, Rafaela, Otto, Juco. Vocês me inspiram. Além de amigos, são a família que eu escolhi.

À minha família, minha mãe Vânia, meu pai José e meu irmão, Matheus, obrigada por sempre me incentivarem aos estudos. Mãe e pai, obrigada por muitas vezes madrugarem e, até mesmo se colocarem em segundo plano, para levar eu e meu irmão para a escola todos os dias. Obrigada pelas conversas sobre o meu futuro.

Mãe, você sempre foi a minha professora preferida, o maior incentivo que me deu para continuar os meus estudos foi de testemunhar a sua dedicação pela área da educação e o orgulho que tem de ser uma educadora. Você participou da formação de dezenas de alunos seus ao longo dos anos e gostaria que soubesse que eu estou entre eles. Nunca irei me cansar de dizer para todos e todas que sou filha de uma professora, sempre tenha em mente o meu orgulho por você. A memória que tenho de você é de nunca ter dormido sem saber que cheguei bem da universidade quando o relógio batia quase meia-noite todos os dias da semana. O diploma da minha graduação terá os seus esforços e ele também é seu.

Pai, te agradeço imensamente por tudo que se propôs a fazer por mim e pelo meu irmão, a memória mais forte e mais cheia de amor que tenho de você quando penso no seu apoio aos meus estudos é de levar eu e meu irmão para a escola de bicicleta quando éramos crianças. Você fazia o ato de ir para a escola ser uma grande aventura. Não só isso, mas também de quando eu só sabia pensar em estudar para passar no vestibular e a minha memória afetiva era o cheiro da preparação da sua comida que sempre será a comida mais saborosa e criativa para mim. Saiba que o meu diploma de graduação será também seu.

Irmão, quando eu cheguei no mundo você já estava aqui, então nunca houve um segundo sequer da minha existência na Terra sem você, por termos uma idade próxima, sempre dividimos tudo e por anos estudamos juntos. Antes de começar o período letivo da escola, eu já sabia que a sua presença era garantida na mesma sala que a minha. Perdi a conta de quantas vezes você que me acordou para eu me levantar e me arrumar para ir para a escola. Perdi a conta de quantas vezes fomos para a escola e voltávamos para a casa sozinhos. Perdi a conta de quantas vezes fizemos os nossos deveres juntos. E, sim, esse diploma também é seu.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido durante a graduação em Serviço Social pela Universidade de Brasília – UnB, traz a questão migratória devido ao aumento do fluxo de imigrantes no território brasileiro nos últimos anos, com o objetivo de aprofundar essa questão dentro do Serviço Social, considerando ser uma expressão da Questão Social, objeto de trabalho da assistente social, portanto, se prevalece o comprometimento deste estudo em chamar a atenção aos agravamentos das desigualdades sociais enfrentadas pelos imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil. O trabalho tem como fundamento teórico a análise de dados incluídos em relatórios do Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra que contribuem para obter o perfil socioeconômico da população imigrante e pesquisas bibliográficas de trabalhos acadêmicos, teses de mestrados e doutorados que se somam na produção teórica e compreensão dos desafios do Serviço Social encontrado nos atendimentos das assistentes sociais.

Palavras-chave: Imigração, América Latina, Serviço Social

RESUMEN

Este Trabajo de Terminación de Curso (TCC), desarrollado durante mi carrera de Licenciatura en Trabajo Social en la Universidad de Brasilia – UnB, aborda la cuestión migratoria debido al aumento del flujo de inmigrantes hacia territorio brasileño en los últimos años, con el objetivo de profundizar en este tema dentro del Trabajo Social, considerándolo como una expresión de la Cuestión Social, objeto de trabajo del trabajador social, por lo que el compromiso de este estudio es llamar la atención sobre el agravamiento de las desigualdades sociales que enfrentan los inmigrantes y las personas en prevalecer la situación de refugiados en Brasil. La base teórica del trabajo es el análisis de datos incluidos en informes del Observatorio Internacional de Migraciones - OBMigra, que contribuyen a la obtención del perfil socioeconómico de la población inmigrante y la investigación bibliográfica de trabajos académicos, tesis de maestría y doctorado que suman la producción teórica. y comprensión de los desafíos del Trabajo Social encontrados en la atención a los trabajadores sociales.

Palabras clave: Inmigración, América Latina, Trabajo Social

ABSTRACT

This Course Completion Work (TCC), developed during my undergraduate degree in Social Work at the University of Brasília – UnB, addresses the immigration issue due to the increase in the flow of immigrants into Brazilian territory in recent years, with the aim of delving deeper into this issue. within Social Service, considering it to be an expression of the Social Question, the object of work of the social worker, therefore, the commitment of this study to draw attention to the worsening of social inequalities faced by immigrants and people in refugee situations in Brazil prevails. The theoretical basis of the work is the analysis of data included in reports from the Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra, which contribute to obtaining the socioeconomic profile of the immigrant population and bibliographic research of academic works, master's and doctoral theses that add up to theoretical production and understanding. of the challenges of Social Work encountered in the care of social workers.

Keywords: Immigration, Latin America, Social Work

Sumário

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| I – 1. Quem são os refugiados e uma breve análise histórica, econômica e política da América do Sul nas últimas décadas?..... | 14 |
| 1.2 Condição de refúgio no Brasil e seu perfil socioeconômico..... | 19 |
| 1.3 A feminização no perfil das solicitações de refúgio no Brasil..... | 21 |
| II - 2. A atual situação dos refugiados no Brasil como uma expressão da questão social..... | 23 |
| 2.1 O crescimento da população de refugiados e refugiadas no Brasil e as demandas que trazem..... | 26 |
| 2.2 Breve análise do neoliberalismo na América Latina e crise política nos últimos anos..... | 30 |
| III - 3. Breve análise dos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro nas políticas imigratórias..... | 35 |
| IV - 4. Atribuições e desafios do Serviço Social na questão migratória..... | 45 |
| 4.1 Assistentes sociais e o desafio no atendimento de imigrantes e/ou pessoas em situação de refúgio no Brasil..... | 49 |
| Considerações Finais..... | 54 |
| Referências..... | 55 |

“Em tempos, os homens entregavam o pensamento às máquinas, na esperança de que isso os libertasse. Mas só permitiu que outros homens com máquinas os escravizassem”— Frank Herbert, Duna

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como maior mobilização contribuir para um debate sobre a questão imigratória no Brasil e trazer o Serviço Social para esta pauta. No primeiro capítulo, o trabalho irá abordar o processo histórico das migrações, entendendo como um fenômeno social mundial que é exercido há centenas de anos desde quando a humanidade começou a praticar o nomadismo e acessar outros territórios, o objetivo deste primeiro tópico é estabelecer que essas movimentações das sociedades são comuns e devido a essa prática, eventos mundiais históricos e importantes foram realizados.

Outra parte do primeiro capítulo é entender a nomenclatura que foi alterada ao longo dos anos para diferenciar os processos de movimentações de populações de um território para o outro. A ação é a mesma, mas os motivos de cada movimento migratório divergem, por esta razão, o capítulo destaca a sensibilização em torno das mudanças de tratamento e entender a diferença entre imigrantes e pessoas em situações de refúgio.

O capítulo também traz a historicidade das imigrações no mundo, na América Latina e em como o fluxo imigratório do Brasil - por mais que o movimento do fluxo externo seja maior dos brasileiros para outros países, principalmente europeus e norte-americanos - aumentou também com a entrada de mais imigrantes dentro do país.

O perfil socioeconômico dos imigrantes é apresentado neste capítulo inicial e dados como gênero, raça, escolaridade, faixa etária e a situação de vulnerabilidade social em que se encontram, por fim, o capítulo atenta ao processo de solicitação de refúgio e em como há uma maior participação de mulheres, indicando uma feminização na questão imigratória que o território brasileiro enfrenta, onde as refugiadas protagonizam cada vez mais as demandas imigratórias.

No segundo capítulo, o trabalho traz a questão imigratória no Brasil e o aumento do seu fluxo nos últimos anos, principalmente de imigrantes que têm a origem de destino de países da América Latina e toda essa conjuntura política e econômica dos últimos anos que acontece no continente sul-americano, gerou crises no âmbito da políticas, da cultura e na socioeconomia de países vizinhos de fronteira com o Brasil e o próprio também participou, com governos neoliberais que conduziu essas tais crises vividas na América Latina e em seus respectivos países.

O capítulo também traz as principais demandas da comunidade de imigrantes e pessoas em situação de refúgio que estão dentro do território brasileiro, o capítulo é importante para estabelecer que a questão imigratória é entendida pelo Serviço Social como uma expressão da Questão Social não só devido ao aumento do fluxo dos últimos anos, porém o capítulo tenta destacar que as estratégias de intervenção precisam ser repensadas novamente e o primeiro passo é entender a nova configuração dessa expressão da Questão Social que é o objetivo de trabalho do Serviço Social.

Para terceiro capítulo, é trabalhado como os primeiros mandatos de Lula, os dois mandatos de Dilma – com o interrompimento ilegal do seu segundo mandato -, a breve, mas conturbada passagem de Temer e depois os quatro anos de Jair Bolsonaro atuaram nas políticas externas de migração.

No último e quarto capítulo, usando a pesquisa de Kelly Borges de Almeida Rocha que conta com a participação de assistentes sociais que trabalharam em 2020 diretamente com venezuelanos imigrantes e apresentam quais os principais desafios que aumentaram e que também surgiram para a categoria profissional.

CAPÍTULO I

1. Quem são os refugiados e um breve análise histórica, econômica e política da América do Sul nas últimas décadas?

Neste primeiro capítulo, iremos fazer uma breve análise, em uma perspectiva histórica-crítica sobre o fenômeno da condição de refúgio, mas antes de entendermos como reconhecer uma pessoa imigrantes que esteja em condição ou em situação de refúgio, é importante primeiro precisarmos compreender os conceitos de migração e imigração que são movimentações de deslocamento feitas pela humanidade, um fenômeno que faz parte desde o surgimento do mundo, do seu crescimento, desenvolvimento e também da sua história, saber como configura as duas ações, é crucial para o entendimento da semelhança, mas principalmente da diferença entre as duas categorias e seus conceitos.

“[...] na Antiguidade, a formação da Mesopotâmia deveu-se, entre vários aspectos, à migração e ao povoamento pelos sumérios, assírios, babilônicos e arcádios. Nesse sentido, a formação da civilização grega advém de movimentos migratórios de povos como Jônios, Eólios, Aqueus e Dóricos, os quais colaboraram para a formação de aspectos sociais e culturais dessa civilização. Da mesma forma, a origem histórica de Roma está associada a elementos estrangeiros como latinos, sabinos, etruscos e gregos, povos que influenciaram na cultura e sociedade romana. Assim, a invasão dos povos bárbaros em Roma constituiu novas formas sociais que predominaram na Idade Média, como a economia agropastoril, bem como o *comitatus* e o *beneficium*.” (RODRIGUES, Luciano; LEMOS, Luciene. Migrantes e migrações: entre a história e a literatura, p. 33, 2011)

A nomenclatura dessas movimentações faz parte de um contexto que vai além da gramática, mas que gera impacto também na sociedade e nos conceitos que estas palavras trazem. Por isso, é importante entender como ao longo da história houve uma maior sensibilização na utilização dos termos, sendo assim, gerando uma alteração e tornando estes conceitos mais politizados com o passar das décadas ao analisar o aumento do fluxo migratório e, mais importante ainda, as causas para o acontecimento do fenômeno.

É importante não perder de vista que as palavras e imagens possuem um poder enorme, difícil de mensurar, para transmitir uma determinada mensagem: quando empregadas adequadamente, trazem esclarecimento e, quando mal utilizadas, por desconhecimento ou mesmo por má-fé, podem

produzir o efeito contrário. [...] A palavra “migrante” costuma ser utilizada para designar aquele que se desloca dentro de seu próprio país e também pode ser usada para falar dos deslocamentos internacionais. Alguns especialistas, inclusive, aconselham o uso do termo migrante quando se fala de migrações entre países, por ser abrangente e não simplista. Já o termo “imigrante” se refere em específico à pessoa que vem de um outro país, enquanto “emigrante” é quem deixa seu país de origem para viver em outro – ou seja, o imigrante é considerado um emigrante para seu país de origem e vice-versa. (Migrações, Refúgio e Apatridia - Guia para Comunicadores 1ª edição, p. 10, 2019)

Como dito antes, o ato de migrar é configurado como algo comum do ser humano por ser uma das formas de exercer a sua mobilidade e sua história no mundo desde a sua existência. Migramos todos os dias e a todo momento, por diversos motivos, alguns deles por desejo próprio, como passear, viajar, visitar entes queridos e assim por diante. Por outro lado, existem os processos de migração que fazemos pelo desejo de outras forças, a principal delas é a sobrevivência: ir trabalhar todos os dias é um exemplo disso, a maioria da população faz essa migração casa-trabalho porque se veem obrigadas, para garantir o seu sustento e de seus dependentes.

A migração parece ser um ato inerente ao ser humano desde que “o mundo é mundo”. Há milhares de anos o ser humano, sozinho, em pequenos grupos ou mesmo em comunidades inteiras, viaja em busca de melhores oportunidades, condições climáticas mais favoráveis ou para fugir de situações de conflito, guerras, violência, perseguições, entre tantas outras razões – inclusive, há indícios de fluxos migratórios de homínídeos de antes mesmo do *Homo sapiens*. (Migrações, Refúgio e Apatridia: Guia para Comunicadores. 1ª Edição, p. 6, 2016)

A busca por melhores condições de educação, formação acadêmica e bem-estar é também uma das razões para acontecer as movimentações de migração ou imigração, a economia, a política, a saúde, a cultura são razões que podem levar à situação de países começarem a receber um aumento maior no fluxo de migrantes. Mas há também as migrações que partem de um acontecimento que forcem indivíduos a saírem do seu país de origem, enfraquecendo vínculos e aumentando a vulnerabilidade social.

As migrações internacionais têm sido tema de destaque no cenário mundial. A rapidez das transformações das tecnologias da informação e da comunicação aliadas às enormes transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas têm contribuído para a aceleração do crescimento das migrações desde o final do século passado. Nesse contexto, além das migrações forçadas por desastres naturais e conflitos políticos, verificamos o crescimento da migração familiar e a ampliação do número de deslocamentos individuais em busca de oportunidade econômica e melhor

condição de vida. (AZEVEDO, Eliane Marchetti Silva. Os imigrantes e as ressignificações identitárias: ambivalência da brasilidade, p. 8, 2016)

A questão da identidade dos povos latinos não é homogênea, principalmente para a população branca, descendente de imigrantes europeus, onde a preocupação de construção de identidade era - e ainda é - baseada em negar as etnias, religiões e costumes que são únicos da América Latina, herdados dos povos originários da América e também dos povos africanos, se apropriando de um discurso euro centrado, usando a “civilização” europeia e o desenvolvimentismo para elaborar a narrativa de não pertencimento à cultura sul-americana.

Para as populações destes países saberem reconhecer a si mesmos, para se identificarem como latinos precisam entender a sua história, que por muitas vezes é apagada nos livros de História, uma população que não sabe viver o seu presente porque não entende o seu passado de colonização, com a chegada de imigrantes europeus no período colonial que, no caso do solo brasileiro, tomaram as terras para si alegando terem feito o descobrimento delas e assassinaram os povos indígenas que já estavam aqui cultivando e construindo famílias, tudo isso a fim de iniciar o processo de exploração, sendo a escravização dessa população e da população africana, brutalmente retirada de seus países para ser usada como mão de obra escravizada.

Desde a chegada dos europeus às terras brasileiras e durante todo o período colonial (1500-1808) houve presença estrangeira no Brasil, mas não havia ainda correntes propriamente migratórias com o fito de se estabelecer em um país estrangeiro: o fluxo predominante era de portugueses que vinham se estabelecer nas então terras portuguesas de ultramar e de escravos traficados da África. (COSTA, Luiz Rosado; SOUZA, José Eduardo Melo de; BARROS, Livia Cristina dos Anjos. Um Histórico da Política Migratória Brasileira A Partir de Seus Marcos Legais (1808-2019), p.169, 2019)

Esse passado de escravização não ocorreu apenas no Brasil, mas em toda a América Latina,

[...] a migração para a América Latina ocorre aproximadamente a partir de 1880, com a derrota do Império Otomano, e seguindo-se após a Primeira Guerra Mundial e do estabelecimento do controle inglês e francês na região, com a incerteza política e a rebelião contra o poder imperial trazendo a insegurança. (OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; SILVA, Fábio Machado da; CAMPOS Davi Lopes. América Latina racionalizada na nova Lei de Migração, p. 175, 2018)

Entretanto, a América Latina era entendida como um lugar de bastante fluxo emigratório, sendo a busca por demanda de força de trabalho, melhores condições de moradia e educação em países da América do Norte e na Europa uns dos principais motivos para ocorrer essa movimentação; embora esse fluxo seja maior do que o de imigração, há também o contexto histórico no continente de imigrantes que podemos abordar neste início do trabalho.

A América Latina foi colonizada por diversos e intermitentes fluxos de imigrantes, em sua maioria vindos da Europa, em especial a partir do Século XIX. Entrementes, nos anos 80 do Século XX tem início um refluxo de emigrantes da mesma América Latina em direção à Europa. Também nesse ínterim, intenso movimento de grupos latino-americanos e da América Central é verificado no interno dos países que compõem o Mercosul. (DADALTO, Maria Cristina; AUGUSTO, Isabel Regina. Estudos Migratórios na América Latina: Um Olhar Interdisciplinar. Introdução, p. 5, 2018)

Sendo assim, o aumento dessa migração interna na América Latina chama atenção, nunca houve essa mobilidade, com essa tamanha recorrência em específico, onde países como o Brasil, esteve - e está - recebendo imigrantes do mesmo continente, devido ao enfrentamento do aumento da desigualdade social na região, gerado por conflitos políticos e econômicos - gerando uma crise humanitária - recentes em países como Chile e Venezuela.

A crise humanitária na Venezuela vem acarretando uma série de reflexos no Brasil, um deles é um intenso fluxo migratório. Embora sejam países com bom relacionamento histórico, nos parece haver um ponto em que interesses nacionais tendem a se sobressair nesta interação. (CALIXTO, Guilherme Pereira Calixto; MÉRCHER, Leonardo. Crise Humanitária na Venezuela: Como o Brasil Tem Lidado com o Fluxo Migratório de Venezuelanos, p.1, 2018)

O Brasil tem um passado histórico de acolhimento de imigrantes de diversas partes do mundo, na década de 30, houve uma maior flexibilização da lei para a entrada de imigrantes europeus - sendo um início para o reconhecimento internacional do Brasil como um país acolhedor - a fim da execução de diversos tipos de serviços que se faziam emergentes para aquele momento do processo de industrialização brasileira. Segundo Wermuth (2020) também houve uma tentativa de “branqueamento” da população brasileira, o autor chama atenção para o viés biopolítico que estava por trás desta estratégia, visto que a maioria dos “imigrantes desejados” pelo Estado chegavam de países europeus e principalmente italianos.

O autor considera, portanto, que:

O viés biopolítico que subjaz à temática das migrações, no Brasil, fica bastante evidente a partir dos projetos imigrantistas do século XIX, os quais já estavam alicerçados - ainda que sub-repticiamente - em questões raciais. O “branqueamento” da população brasileira - mediante o fomento da imigração europeia - tinha por escopo evitar a “degenerescência” decorrente da mestiçagem. O aporte ao Brasil de imigrantes europeus é visto, então, como condição de possibilidade para a proeminência de uma raça “superior” em detrimento das raças “inferiores”. [...] Esta lógica utilitarista, que dividia os imigrantes em desejáveis e indesejáveis, permeou o modo como, durante o governo de Getúlio Vargas que culminou no chamado “Estado Novo”, foi tratado o tema das migrações no Brasil. O imigrante “ideal” era aquele que tinha algo a contribuir com o desenvolvimento econômico do país, sem deixar de lado a seleção racial, que pressuponha a superioridade da raça branca europeia. (WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. As Políticas Migratórias Brasileiras do Século XIX Ao Século XXI: Uma Leitura Biopolítica do Movimento Pendular Entre Democracia e Autoritarismo. Revista Direito e Praxis, p. 2336, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/45137>)

Sendo assim, consideramos diversos fatores para que aconteça o aumento de fluxos imigratórios dentro de um país, no capítulo dois iremos abordar mais sobre estes determinantes, mas antes é preciso salientar que no fenômeno da migração, temos uma população que se vê obrigada a se desvincular completamente do país em que nasceu e viveu, do lugar que construiu vínculos, mas que procura a necessidade de sair daquele espaço - de crises políticas, ambientais, econômica e perda de direitos - e pedir acolhimento e abrigo em outro país, essa população é conhecida como pessoas refugiadas, melhor dizendo, pessoas em situação ou condição de refúgio, ou até mesmo apátridas.

Quando falamos de migrantes, falamos que são aquelas pessoas que se deslocam de um lugar para outro, em busca de melhores condições de vida. Eles deixam suas casas por vários motivos, como trabalho, educação ou família. Os migrantes podem retornar aos seus países de origem a qualquer momento, se desejarem. Já os refugiados são aqueles que são forçados a deixar suas casas devido à guerra, violência ou perseguição. Eles não podem retornar aos seus países de origem, pois estariam em risco de vida. Eles precisam de ajuda internacional para encontrar um novo lugar para viver. A diferença entre migrantes e refugiados pode ser ilustrada pelo exemplo da Síria. Desde 2011, a Síria está envolvida em uma guerra civil, que já matou mais de 400 mil pessoas. A violência forçou, a época, mais de 6 milhões de pessoas a deixarem suas casas. Essas pessoas são consideradas refugiadas, pois foram forçadas a deixar suas casas. Elas não podem retornar à Síria, pois estariam em risco de morte. Elas precisam de ajuda internacional para encontrar um novo lugar para viver. (SANTOS, Rayanny; SILVA, Jonathan. Refugiados no Brasil e a Aplicabilidade da Lei 9.474 de 22 de Julho de 1997 e Instrumentos Normativos Internacionais. 2022)

1.2 Condição de refúgio no Brasil e seu perfil socioeconômico

Como debatido anteriormente, o Brasil nunca foi um país que deliberou dificuldades para flexibilizar a entrada de fluxo migratório dentro do seu território, mesmo sabendo que em cada momento histórico desse aumento de fluxo, havia um interesse político ou biopolítico por trás. O país foi um dos participantes que estava de acordo com o tratado da Convenção de 1951, onde procurou assegurar direitos às pessoas que procuravam refúgio, dessa forma essa população era reconhecida como população em situação de refúgio, sendo aplicado os direitos e deveres tanto destes cidadãos quanto do país que oferece o direito de asilo e entendendo a ampliação do termo refugiado ser mais complexo do que o que era conhecido para um cidadão imigrante.

Após a instauração da Convenção de 1951, os Refugiados obtiveram proteção e fomento em todo o mundo, sendo que o Protocolo de 1967 reformou a mencionada Convenção, expandindo a atuação para além das fronteiras europeias e o período de vigência das atividades. [...] o conceito de refugiado é mais amplo do que apenas a Convenção de 1951. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) usa um conceito mais amplo de refugiado que inclui pessoas forçadas a deixar suas casas devido a catástrofes naturais, como desastres naturais e mudanças climáticas. O ACNUR estima que existam 89,3 milhões de refugiados no mundo. (SANTOS, Rayanny; SILVA, Jonathan. Refugiados no Brasil e a Aplicabilidade da Lei 9.474 de 22 de julho de 1997 e Instrumentos Normativos Internacionais. 2022)

A primeira definição de refugiado aconteceu na Convenção de 1951, mas o governo brasileiro preferiu ampliar este termo e a definição foi trazida pela Lei 9.474 de 22 de julho de 1997 que atua nos mecanismos para reconhecimento jurídico feito pelo Estado, estabelecendo os seus deveres e se comprometendo quais as obrigações internacionais.

O artigo 1 (1) da lei 9.474/97 representa o núcleo conceitual com o qual o Brasil como Estado realiza a proteção dos refugiados. Este artigo define quem será protegido no marco do ordenamento jurídico brasileiro a partir da definição tomada *ipsis literis* da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967 sobre o Estatuto dos Refugiados. A proteção dos refugiados é um sistema complexo que inclui a recepção, registro, o procedimento de determinação de estatus, assistência e integração local e, os mecanismos de repatriação, naturalização ou reassentamento. No entanto, um momento crucial da operação do sistema gira em torno ao reconhecimento da condição de refugiado em que o Estado receptor estabelece o vínculo jurídico e assume as obrigações internacionais para com a pessoa do refugiado, à qual confere sua proteção. (CARNEIRO, Wellington Pereira. Refúgio no Brasil Comentários à Lei 9.474/97. p. 45, 2017)

Através do documento intitulado Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil produzido por diversos pesquisadores que buscam fazer este resumo que ajuda a visualizar e compreender melhor a situação que a população de pessoas em condição de refúgio estão pelo viés socioeconômico e entender as particularidades de seus perfis. Outro documento analisado que irá contribuir para este trabalho é o Relatório Anual 2022 produzido pelo OBMigra¹, desta maneira conseguimos enxergar em dados as problematizações atuais que a comunidade de refugiados enfrenta.

No Relatório Anual, se chama atenção principalmente os dados sobre o número de mulheres, crianças e adolescentes que atravessaram a fronteira nos últimos anos, sendo o ano de 2019 o ano com maior número de registros da população feminina, considerando que foi um ano em que crises econômicas se agravaram nos países da América Latina e onde teve início da pandemia COVID-19, fazendo com que deixasse mais escancarado várias vulnerabilidades sociais que o continente estava passando.

No início da década seguinte, no ano de 2021, foram contabilizados um total de 151.155 imigrantes, sendo 67.772 registros de mulheres, que correspondiam a 44,8% dos imigrantes registrados, e 29.795 crianças (19,7% do total) e 14.555 adolescentes (9,6% do total), ou seja, em 2021 quase 30% dos imigrantes registrados no país tinham menos de 18 anos de idade. O ano de 2019 foi o com maior número de registro de mulheres na série histórica analisada com 80.711. E comparando os anos de 2011 e 2021, o número de mulheres imigrantes registradas em 2021 é aproximadamente 3 vezes maior que o de 2011, isso levando em conta que o ano de 2021, ainda, apresentou os números impactados pela pandemia da Covid-19, mas já retomou o número próximo ao de 2019, com 67.722 registros - o segundo maior número na década. [...] Já com relação ao número de crianças imigrantes registradas no Brasil é importante salientar que o ano de 2021 (29.795) ultrapassou o número de registros do ano de 2019 (22.165), o qual havia sido até então o ano com maior registro na década. (CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, p. 10-11, 2022.)

¹ O Observatório das Migrações Internacionais, OBMigra, foi instituído a partir de um termo de cooperação em 2013 entre o Ministério do Trabalho (MTb), por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e a Universidade de Brasília (UnB). Com a extinção do Ministério do Trabalho (MTb) em janeiro de 2019, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) assumiu as competências do antigo Ministério no tocante às questões de imigração laboral, incluindo o CNIg. Com isso o OBMigra passou a cooperar diretamente com o MJSP.
Disponível: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio>

Há uma observação muito relevante a ser considerada sobre a escolaridade dos refugiados no documento do Perfil Socioeconômico, constando que essa população tem um nível de escolaridade acima da média em comparação com a população brasileira, inclusive um dos desafios destes imigrantes refugiados é a dificuldade de revalidarem seus diplomas, esse desafio acontecendo em todos os níveis do ensino.

Os refugiados demonstram elevado capital linguístico e capital escolar acima da média brasileira, ou muito acima se considerarmos apenas a população brasileira negra e parda. Com efeito, apenas 13 refugiados (2,7%) dos refugiados informantes não haviam completado o Ensino Fundamental, 3 outros declararam-se analfabetos (0,6%), num total de 16 ou 3,3% que estão nessa faixa contra 41% da população brasileira. Por outro lado, 166 ou 34,4% dos refugiados informantes concluíram o Ensino Superior, 15 deles já tendo cursado alguma pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) contra 15,7% da população brasileira que concluiu o mesmo nível de ensino. O importante número de diplomados de nível superior encontra, contudo, um problema de monta: o alto índice de diplomas não revalidados. Com efeito, encontramos apenas 14 refugiados que conseguiram revalidar seus diplomas (em todos os níveis de ensino e em formações profissionais diversas) no Brasil, contra 133 refugiados que não conseguiram revalidar. (Resumo Executivo. Perfil socioeconômico dos Refugiados no Brasil. Subsídios para Elaboração de Políticas, p.5, 2019)

1.3 A feminização no perfil das solicitações de refúgio no Brasil

O número de mulheres, crianças e adolescentes que solicitam o reconhecimento como refugiadas no Brasil também é um dado estrutural que chama bastante atenção pelo seu crescimento exponencial no território ao longo dos anos. No Relatório Anual, há uma tese defendida por Tonhati e Macedo sobre a feminização das migrações no Brasil, essa população feminina participa do mercado de trabalho brasileiro devido ao fato de que boa parte dessas mulheres chega ao país com nível de instrução de ensino médio completo e a demanda por emprego.

A feminização das migrações no Brasil, portanto, é um fenômeno social que se inicia a partir de 2015 e vem se consolidando nos últimos anos com um crescente número de mulheres adentrando as fronteiras nacionais e se estabelecendo no mercado de trabalho, com exceção do ano de 2020 e parte de 2021, quando a pandemia de Covid-19 afeta de forma brusca a mobilidade das imigrantes. Junto ao aumento no número de mulheres, observa-se um novo processo nas migrações internacionais para o país, em que há a chegada de mais crianças e adolescentes. (CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, p. 9, 2022.)

Para as autoras Maria Lúcia Moritz e Larissa Serafim (2021), quando se debate sobre os processos migratórios invisibilizam a faceta feminina, um perfil que aumentou não só em fluxos migratórios de outros países da América Latina, mas é uma realidade também dentro do Brasil.

No contexto brasileiro, a feminização das migrações também é uma realidade e até 2019 46% das pessoas que migraram são do sexo feminino, de acordo com estatísticas da ONU. Essas mulheres, além de se fazerem presentes nos processos migratórios, possuem cada vez mais um papel de protagonismo nessas jornadas. Muitas delas não mais migram com seus cônjuges ou para reunião familiar, mas se deslocam sozinhas ou como chefes de família. Mesmo com o aumento de sua autonomia nos processos migratórios, elas ainda se mantêm invisibilizadas tanto nos estudos acadêmicos quanto nas políticas públicas e nas legislações, formando uma categoria subalternizada, mesmo sendo quase metade da população imigrante. (MORITZ, Maria Lúcia; SERAFIM, Larissa. *A Face Feminina e Invisível da Migração*. 2021)

Balestro e Pereira (2019) acrescentam que “a agência da Organização das Nações Unidas destaca que a discriminação e a violência contra as mulheres e meninas pode causar deslocamento forçado, além de ser um dos riscos no movimento migratório.”. As autoras abordam também que o foco necessário para que a marginalização destas mulheres e meninas diminua:

Uma recente publicação da ONU no Brasil destaca a importância da educação de meninas refugiadas, mostrando os benefícios específicos da educação para elas. Ao reconhecer a maior vulnerabilidade de meninas em relação à violência sexual e de gênero, o artigo coloca a educação e o empoderamento como formas de resistência que criam possibilidades de diminuição de exploração e de aumento salarial. A agência indica que a educação “reduz a vulnerabilidade das meninas à exploração, violência sexual e de gênero, gravidez na adolescência e ao casamento infantil” (ONU, 2018). Instruídas, mulheres refugiadas sabem onde buscar a ajuda específica de que precisam. (BALESTRO, Ana Cristina; PEREIRA, Telma. *Língua e Cultura na Feminização das Migrações no Brasil*. p. 785, 2019)

Abordar a questão de gênero é necessário quando se trata de solicitantes de refúgio, o aumento da população das mulheres refugiadas e imigrantes no Brasil é uma realidade atual, uma questão que apresenta demandas particulares, a violência sexual sendo uma delas, sendo assim, a análise do perfil socioeconômico serve para construir um conhecimento sobre as peculiaridades da expressão da Questão Social apresentada pelos imigrantes e pessoas em situação de refúgio.

CAPÍTULO II

2. A atual situação dos refugiados no Brasil como uma expressão da Questão Social

É importante que em qualquer espaço de debate dentro do Serviço Social, deva se abordar as expressões da questão social e como elas se manifestam na sociedade, outro dever é entender a contemporaneidade dessas expressões e em como elas se tornam mais ou menos complexas com o avanço histórico da sociedade. Assim, gera um maior repertório de debate que são o embasamento das políticas públicas que visam minimizar as desigualdades sociais e como elas podem ser aprimoradas.

[...] a questão social não é um fenômeno recente, típico do esgotamento dos chamados trinta anos gloriosos da expansão do capitalismo, ao contrário, trata-se de uma “velha questão social” inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas que, na contemporaneidade, se re-produz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões espraiadas em todas as dimensões da vida em sociedade. (TOMAZ, Marianna Andrade. A Questão Social no Capitalismo: Uma Análise do seu Conceito na Contemporaneidade, 2013)

A questão social é o resultado da contradição entre a acumulação de fortuna e a venda da força de trabalho, que é expressada na luta de classes entre dois atores que são os protagonistas de duas classes fundamentais: a burguesia, detentora dos meios de produção e exploradora do trabalho assalariado; e a classe operária, que coloca à venda a sua própria força de trabalho em uma negociação buscando uma remuneração que em sua maioria é o necessário apenas para que a sua subsistência permaneça, não se atentando à alienação do lugar que ocupa dentro do sistema capitalista.

[..] o trabalhador, ao invés de reconhecer-se no produto do seu trabalho, o vê como algo que lhe é alheio e que o ameaça. Os objetos produzidos não servem para satisfazer as necessidades do trabalhador, e sim as do capital. Assim, quanto mais objetos produz, mais pobre ele se torna, e mais submisso a eles fica, resultando disso que ele acaba pondo sua vida neles. Ao mesmo tempo, quanto mais se entrega ao seu trabalho, mais este o mantém oprimido. O seu próprio trabalho se torna um objeto, e este objeto lhe é estranho. O trabalho torna-se somente um meio de subsistência, ao qual o trabalhador deve recorrer, se quiser garantir sua sobrevivência. Não é uma expressão, nem o resultado das capacidades humanas, mas é algo estranho àquele que o executa. Por isso, desumaniza e oprime o trabalhador. Da mesma forma, os objetos produzidos não pertencem ao trabalhador e dele são estranhos. Ele não se reconhece neles, e os toma como algo que o ultrapassa em valor. Por isso, o trabalhador acaba por se tornar um servo dos

objetos que produz. (LUZ, Ricardo Santos da. Trabalho Alienado em Marx: A Base do Capitalismo, p. 32, 2008.)

O regime capitalista não se expressa apenas na exploração da força de trabalho, mas também na apropriação de processos históricos, sociais e culturais ao longo da existência humana, que absorve a desumanização e opressão de grupos minoritários para ampliar a contradição do próprio sistema. Para Yamamoto (2001), “produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam.” O capitalismo tem consciência da relação entre os indivíduos de uma sociedade que, historicamente, criam barreiras sociais, e aprofunda com o discurso individualista e competitivo. Ainda para Yamamoto (2001), “a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado.”

O Serviço Social brasileiro, como categoria profissional e seu comprometimento ético com a classe trabalhadora, entende que sem a intervenção do Estado, estas desigualdades sociais irão agravar e, por tanto se posiciona sempre em favor da classe operária, entendendo que “a questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (Yamamoto, 2001). A profissão reconhece que as lutas sociais foram, e ainda são, indispensáveis para cobrar que direitos sociais sejam respeitados e ampliados para a proteção do proletariado.

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. (Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2 n. 3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafiine, p. 17, 2001)

A migração humana forçada em busca de refúgio é uma destas expressões que marca diversas desigualdades sociais que está emergindo a necessidade de abrir reflexões sobre o que está acontecendo dentro do continente sul-americano, especialmente com esta população que está em busca de proteção social do Estado

brasileiro. Há uma preocupação intensa sobre o aumento da demanda e se as políticas públicas estão sabendo conter todo esse contexto ou se essa comunidade tem o país de destino também falhando e não trabalhando na proteção como previsto no que foi acordado desde a Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967.

A pandemia da SARS-CoV2 escancarou diversas expressões da questão social ao redor de todo o mundo e com o processo de migração forçada não foi diferente, a pandemia se tornou um pretexto para forçar essas pessoas a saírem de seus países, mas o caminho ainda era o mesmo que antes da doença que se espalhou pelo planeta.

Imigrantes e refugiados compartilham com os brasileiros uma dura realidade face à pandemia. Muitos estão inseridos na economia informal, sem proteção social ou são micro empreendedores ligados, principalmente, ao ramo de alimentação e que foram duramente afetados pelo fechamento de seus negócios. [...] Desde o surgimento da doença, os refugiados enfrentam desafios imensos, incluindo a perda de meios de subsistência, despejos e o aumento da estigmatização. (SILVA, Graziela Greco da; ANDRADE, Roberta Gabriela Sucolotti de; DUTRA, Cristiane Feldmann. Desafios enfrentados pelos refugiados na pandemia da Covid-19 no Brasil e as iniciativas da sociedade para acesso a seus direitos. 2020.)

Primeiramente contamos com aquelas(es) imigrantes que enfrentando diversos obstáculos, conseguiram fazer a travessia e concluir o percurso até chegar ao Brasil, pois se trata de uma jornada de riscos de tragédias, levando em consideração que são usados transportes inseguros e a alimentação, água, higiene e vestimentas são escassas na maioria dos casos.

[...] mostra-se importante enfatizar que apesar das medidas estabelecidas, o processo migratório continuou sendo realizado por vias alternativas, uma vez que a necessidade apresentada em certos contextos torna inviável a espera pela abertura de fronteiras. Logo, a travessia acarreta, não somente em uma série de riscos a essa população e agravo nas violações de direitos humanos, como também desencadeia um processo dificultoso para regularização migratório quando já estabelecido em território nacional, tendo em vista as portarias vigentes no período de 2020 que impediam a documentação daqueles que ingressaram de forma irregular. Nesse sentido, desencadeando e/ou perpetuando violações de direitos a esse segmento, aprofundando as desigualdades e deixando a população migrante e refugiada à margem social. (MENDO, Maria Luiza; FAGUNDES, Anderson da Silva; REIDEL, Tatiana. Migração, Refúgio e Questão Social: Aproximações da Particularidade Brasileira, 2021)

Vimos anteriormente no Capítulo 1 deste trabalho que há um considerável aumento de mulheres, crianças e adolescentes, este crescimento precisa também

entrar em reflexão quando se discute as particularidades do Brasil no enfrentamento do maior número de casos que necessita de atendimento para refugiados, entender quais são as demandas desta população é fundamental para os profissionais de várias áreas envolvidas, mas principalmente para a assistência social, onde é a maior procura dos refugiados ao reivindicar a execução dos seus direitos.

2.1 O crescimento da população de refugiados e refugiadas no Brasil e as demandas que trazem

É evidente que quando falamos sobre refugiados na América Latina, essa população não está tendo o Brasil como único destino, todavia, este trabalho tem como objetivo apresentar os impactos da comunidade de refugiados que cresce dentro do Brasil e entender esse fenômeno como uma expressão da questão social que precisa ser mais debatida dentro do Serviço Social brasileiro, tanto nos cursos de graduação quanto entre as assistentes sociais presentes no campo de atuação.

Já tendo feito uma breve análise na política, economia e das crises da América do Sul no capítulo anterior, neste ponto do texto, podemos acrescentar no debate, considerando a partir de 2019, o aumento do fluxo migratório de pessoas em situação de refúgio, nativos de países da América Latina como uma consequência destas crises do capital no continente, sendo a Venezuela apresentada como o país em que mais apresentou o aumento dessa mobilidade dentro do território brasileiro. A população venezuelana foi a que mais solicitou a condição de refúgio.

[...] a maior parte das pessoas que solicitou reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, em 2021, possuía a nacionalidade venezuelana, ou tinha na Venezuela o seu país de residência habitual. Foram 22.856 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, que corresponderam a 78,5% dos pedidos recebidos pelo Brasil naquele ano. (JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. Refúgio em Números (7ª Edição). Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, p. 10, 2022.)

De acordo com a 7ª edição do relatório “Refúgio em Números”, publicada no ano de 2022 pelo OBMigra, no Brasil, a principal nacionalidade que solicitou condição de refúgio foi a venezuelana. Foi necessário levar bastante em consideração que o

levantamento de dados teve a sua realização durante os anos (2020-2021) em que se registraram diversos picos altos da pandemia da Covid-19, estes registros, mesmo sendo de forma quantitativa, foram determinantes para visualizar a demanda.

[...] no ano de 2021, o Brasil recebeu 29.107 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado que, somadas àquelas registradas a partir do ano de 2011 (268.605), totalizaram 297.712 solicitações exaradas desde o início da última década [...] se verificou, no ano de 2021, um acréscimo de 208 solicitações se comparado ao ano de 2020, quando o país recebeu 28.899 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado (SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M., 2021). Trata-se de um dado relevante para a compreensão da dinâmica brasileira do refúgio no contexto da pandemia da Covid-19, visto que não há como dissociar a estabilidade observada entre os anos de 2020 e 2021 do cenário de maiores limitações à circulação de pessoas e controle de fronteiras, a partir do mês de março de 2020, quando medidas de restrições à entrada de imigrantes no país foram tomadas em razão da pandemia (JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. Refúgio em Números (7ª Edição). Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, p. 10, 2022.)

As demandas que os refugiados trazem consigo é, no entendimento das políticas de assistência social, garantir o atendimento em todos os níveis de complexidade, levando em consideração a vulnerabilidade social de indivíduos e famílias, a procura de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que consigam contemplar as demandas que, em sua grande maioria, são econômicas, sociais e culturais.

Os imigrantes, especialmente os refugiados, são alvos de ataques xenofóbicos por grande parte da população brasileira, fato que faz repensar que o mito da “democracia racial” existiu e o racismo e preconceito foi superado. Recriando a autoimagem que o Brasil construiu de ser receptivo e que lida bem com as diferenças culturais sendo uma população receptiva. O que demonstra o contrário disso é o agravamento dos casos de violência vivenciados por imigrantes.

O agravamento de casos de violência de motivação racista e xenofóbica contra imigrantes e refugiados se agudiza nessa conjuntura crítica. A retórica de que os estrangeiros subtraem os recursos dos brasileiros, como benefícios governamentais e atendimentos médicos, se populariza (G1, 2020). Nesse contexto, migrantes e refugiados são culpabilizados por desigualdades estruturais, apesar de essas comunidades

se encontrarem entre os grupos que padecem das desigualdades existentes. A chegada em um novo país pode significar mudanças na qualidade de vida e alívio para as tensões experienciadas em seus países de origem. Porém, violências recorrentes no país de acolhida repetem-se com os refugiados, sendo racismo e a xenofobia os mais importantes. (RODRIGUES, Igor de Assis; CAVALCANTES, João Roberto; FAERSTEIN, Eduardo. Pandemia de Covid-19 e a saúde dos refugiados no Brasil p. 6-7, 2020)

Neste trabalho iremos citar três barreiras enfrentadas pelas pessoas em condição de refúgio, a primeira delas é o mercado de trabalho, a segunda é a dificuldade da língua portuguesa e todo o contexto de adaptação à cultura brasileira e, por último, a questão da moradia ou a falta dela.

A geração de renda e autossuficiência são desafios para os imigrantes refugiados, a xenofobia exerce grande parte para que a contratação dessa comunidade não seja efetuada e não consiga ser inserida no mercado de trabalho, o que preocupa mais ainda ocorrer essa situação é que o nível de educação dos refugiados é a maior do que a média brasileira.

O “mercado de trabalho” foi apontado como o principal obstáculo em conseguir emprego por 227 entrevistados (46,1%). Contudo, há outros obstáculos que se somam, tais como a falta de domínio do idioma (citado 148 vezes) e ser estrangeiro (citado 99 vezes), foram lembrados por mais de 20% dos entrevistados. Em seguida, temos a falta de recursos para buscar trabalho (citado 93 vezes), falta de documentos (citada 54 vezes) e o preconceito racial (citado 53 vezes). Deficiência na formação escolar (citado 35 vezes) e ‘não ter com quem deixar os filhos’ (citado 18 vezes) completam a lista. (Resumo Executivo. Perfil socioeconômico dos Refugiados no Brasil. Subsídios para Elaboração de Políticas, p.9, 2019)

A situação da Venezuela é uma demonstração de uma ocorrência que se apresenta também com outros países sul-americanos, o que leva a indagar de onde emergiu e quais foram as ferramentas políticas, econômicas e sociais aplicadas nestes países para o que a ONU considerasse essa a maior crise humanitária internacional deste século.

O deslocamento forçado teve um crescimento acelerado desde o início do século XXI, alcançando níveis recordes em 2016, que configuram a atual crise de refugiados. Até o fim de 2015, mais de 65 milhões de pessoas foram forçadas a deixarem suas regiões, em função de perseguição, conflitos

armados, violência generalizada ou violações de direitos humanos. Em uma população mundial de pouco mais de 7 bilhões de pessoas, isso significa que uma a cada 113 pessoas é hoje solicitante de refúgio, deslocado interno ou refugiado (ACNUR, 2016). (FONTANA, Eduarda; ZIMNOCH, Larissa; LORENTZ, Luísa Acauan. A Crise Migratória no Século XXI: Anomalia ou Consequência da Política Internacional?, p. 4, 2017)

O fenômeno dos refugiados é uma questão da sociedade contemporânea em que diversos países do mundo, principalmente os do continente Europeu, têm conhecimento e vivenciam há dezenas de anos, mas que ao longo dos anos, isso não vem sendo uma exclusividade apenas do Velho Continente, mas sim uma crise emergencial sofrida também por países da América Latina, especialmente Venezuela e Chile, onde há bastante casos envolvendo não só crises econômicas, mas políticas, também, que são consequências do forte impacto do neoliberalismo usando reformas políticas e econômicas como instrumento para a sua construção e ampliação de um projeto societário da classe burguesa de um capitalismo hegemônico onde tende a se fortalecer e, que sem dúvida alguma, busca atingir objetivos que só favorece a si mesma.

O mercado avançou no esforço de substituir em parte o Estado, no controle das políticas e também no financiamento e na formulação das políticas em diferentes setores. E, desta forma, também foi aumentando o controle e a manipulação sobre a política e as relações de poder. (PESSANHA, Roberto Moraes. Capitalismo Sob a Hegemonia Financeira e o Poder no Brasil, p. 8, 2021)

As demandas trazidas pelas pessoas em situação de refúgio e imigrantes agrega para ampliar o conhecimento de como a expressão da Questão Social, que se apresenta nas desigualdades sociais que essa comunidade vivencia, pode mostrar mais complexa de acordo com a conjuntura política que um país ou um continente vive naquele momento.

2.2 Breve análise do neoliberalismo na América Latina e crise política nos últimos anos

Todavia, o que refletir quando indagamos sobre quem são os sujeitos que estão como representações desse Estado neoliberal? O Estado foi, de fato, substituído ou também podemos indagar que a burguesia o usa como um instrumento para controle maior hegemônico da população e assim conseguir construir as políticas de interesse serem cedidas a seu favor mesmo sendo uma classe menor em termos de quantidade da população, porém maioria nos espaços políticos de decisão.

A privatização das instâncias estatais que teve início nas últimas décadas do século XX em países da América do Sul vem se fortalecendo por consequência do discurso liberal, que é na sua essência individualista e impulsiona a sociedade a ser competitiva em diversos âmbitos, a fim de evitar qualquer intervenção ou ascensão de um Estado proteção social.

Como salientado, o neoliberalismo na prática é considerado um movimento de engenharia social impulsionado pelos EUA, embora de forma descontínua, após a década de 1970 (HARVEY, 2005). Desta maneira, o modelo de desenvolvimento neoliberal, tal como implementado, foi um programa de transformação institucional que procurou incorporar as relações de mercado como a forma de organização social predominante por meio da reprodução social própria dia a dia" (TAYLOR, 2010, p. 22). Seus princípios se assentam no individualismo, no racionalismo e na organização social em consonância com a estrutura dada/neutra do mercado. (VADELL, Javier Alberto; CARVALHO, Pedro Henrique Neves de. Neoliberalismo na América do Sul: A Reinvenção por Meio do Estado, p. 98, 2014)

Ao longo de sua história, a América Latina enfrentou diversos governos e uma heterogeneidade de governos de países do continente que tiveram em comum o neoliberalismo no século 20, governos de esquerda como Sebastian Allende no Chile nos anos 60 e até mais recente na Nicarágua e de governos de centro-esquerda no começo dos anos 2000, mas também há semelhança nos sistemas de ditaduras que, até os dias atuais, as populações lidam com as marcas que foram deixadas por anos de autoritarismo e por modelos econômicos e políticos do neoliberalismo.

Estes Estados neoliberais não facilitaram para a população o acesso à cultura, políticas sociais, bens e serviços, sem esforços para que houvesse uma diminuição dos diversos níveis de desigualdades e falta de oportunidade para com a sua população que, por consequência, se tornava mais empobrecida.

Segundo Nascimento (2019, v.2, p. 46)

“Os golpes militares que aconteceram na América Latina estão inseridos no contexto da Guerra Fria e da ordem bipolar, e no pretexto estadunidense de que era necessário impedir o avanço comunista advindo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).”

Estes golpes militares aconteceram como intervenção do capitalismo para que impedissem avanços sociais que estavam começando a se desenvolver nestes países.

A própria existência de uma estrutura de classes transforma a contradição dos interesses de classe numa contradição de imperativos de sistema, pois esta estrutura de classes se expressa no Estado, cuja correlação de forças conduz a política econômica e o enfrentamento das crises econômicas periódicas. Vemos então que mudanças sociais implicam em contradições ou crises. Portanto, a crise econômica que ameaça a integração social é, ao mesmo tempo, uma crise social na qual a contradição dialética entre membros de uma sociedade transforma-se em contradições sistêmicas. (ESTENSSORO, Luis. Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina, p. 13, 2003.)

É importante pensar nas relações entre os países da América do Sul pois enquanto vai se agudizando a pobreza no continente, é inexistente uma coesão quando analisamos o cenário político das eleições, alguns países seguem com líderes de direita outros fizeram a sua troca para governos de centro-esquerda e, assim, a região da América do Sul vai se desgastando, se afundando em crises econômicas e sanitárias, que por fim acabam se transformando em crises sociais, que escancaram desigualdades sociais, onde se vê um projeto societário que está cada vez mais aumentando a competitividade por empregos precários, de baixa remuneração e um Estado neoliberal que coopera com a diminuição de direitos que protegiam a classe trabalhadora, mas que através de desmontes e contrarreformas, a proteção desse mesmo Estado tem tido foco apenas para a elite que controla os meios de produção e acumula lucro para si.

São em períodos de crises, onde as desigualdades sociais existentes se acentuam, que vemos a manifestação das contradições do capitalismo. Enquanto antigas sociedades sofriam crises marcadas pela subprodução, quando se produzia menos do que o necessário, as crises capitalistas eram - e ainda são - geradas pelo motivo contrário, superproduções.

Assim, se o capital contém uma tendência recorrente a se abstrair das determinações de sua valorização, é através das crises que essas determinações se impõem, de modo violento, ao capital. As crises, portanto, do mesmo modo que explicitam como o capital ultrapassa “os limites dentro dos quais deve-se mover a conservação e valorização do valor-capital”, repõem, através da desvalorização geral, as condições para que a produção volte a transcorrer no interior desses mesmos limites. (MAZZUCHELLI, Frederico. *A Contradição Em Processo: O Capitalismo e Suas Crises*. Segunda edição, p. 16, 2004)

Nesses momentos de crise do capital, se faz emergente a mobilização da classe trabalhadora e de diversos grupos que são minorias em espaços políticos e econômicos, dentre estes grupos minoritários, a maioria são mulheres, a comunidade de pessoas negras, crianças, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais, imigrantes, refugiados e dentre tantas outras formas de opressão que o capitalismo utiliza para fortalecer a sua existência.

Segundo Iamamoto (2021) o capitalismo também radicaliza a concentração da riqueza e expande todas as formas de opressão e desigualdades – de classe, étnico-raciais, territoriais, de gênero e sexualidades -, no desrespeito aos direitos humanos e sociais, utilizando-se dessas expressões da questão social para agudizar a barbárie.

“[...] a Venezuela tem sido, há anos, palco de instabilidades e conflitos internos e externos. Nesse sentido, a população que lá reside, é afetada irrefutavelmente, de modo que seus direitos humanos básicos são negados cada vez mais, como o direito a uma vivência digna, direito a uma alimentação, direito à moradia, direito à livre expressão política, entre outros.” (BARBOSA, Carolina Lazzaro. *A Crise da Venezuela: Paz, Segurança Social e Direitos Individuais*, p. 47, 2019)

Um dos principais motivos para a migração forçada é a luta contra o desemprego, na busca incessante de melhores condições de trabalho, uma maior remuneração de salário, recuperação dos seus direitos trabalhistas, dignidade humana e uma estabilidade que não existe no seu país de origem.

De acordo com Vendramini (2018):

O trabalhador se dispõe a deixar sua família, casa, amigos, cidade natal para vender sua força de trabalho onde houver procura. Torna-se assim totalmente disponível ao mercado de trabalho. E tem um agravante ainda, visto que ele já não encontra um lugar seguro para se fixar, tendo que se deslocar com mais frequência, exigindo desprendimento e adaptabilidade, ou seja, capacidade de submeter-se ao novo.

A mesma autora ainda irá usar o termo exército internacional de reserva (ou exército de trabalhadores excedentes), partindo deste conceito, pode-se debater como o capitalismo aprimora cada vez mais uma de suas características, que é estimular a competitividade e individualidade dentro de uma sociedade, fazendo com que trabalhadores temam pela situação de desemprego, tendo a consciência de que são substituíveis a qualquer momento e por qualquer outro trabalhador que está inserido no exército de reserva só esperando em angústia para vender a sua força de trabalho, e que dessa maneira, em ambas situações, há o aceite das condições precárias de trabalho que o capitalista oferece, criando um cenário ilusório de que é apenas uma questão de escolha do trabalhador, como se fosse uma relação de poderes perfeitamente balanceada entre o burguês e o proletariado.

O sistema capitalista reinventa-se e reestrutura-se a partir de crises por ele mesmo criadas; a crise migratória é uma delas. Apesar de existir como fenômeno cíclico e intrínseco à história da humanidade, a crise migratória que está ocorrendo atualmente atingiu patamares nunca antes alcançados, de modo a submeter os migrantes a situações de vida e trabalho totalmente discrepantes com os direitos humanos, sobretudo a dignidade da pessoa. (BORBA, Camila da Cunha Melo de Farias; D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. O sistema Capitalista no Contexto dos Trabalhadores Migrantes e Refugiados: O Mito de Sísifo, p. 4, 2019)

Boschetti descreve que “o mais bárbaro processo de expropriação contemporânea seja aquele que submete milhares de pessoas à condição de refugiados”, a autora também acrescenta sobre a desumanização dessa expressão da Questão Social e as condições em que estes indivíduos e famílias são submetidos.

São pessoas, famílias, jovens, crianças que tudo perderam, que buscam um lugar no mundo, que buscam simplesmente viver, e que são recusados violentamente, ou vivem em acampamentos absolutamente sub-humanos. A xenofobia, a intolerância e o nacionalismo fecham fronteiras, desumanizam, alimentam o ódio e a perda de sentido do humano genérico. (BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social, p. 57, 2017)

Por fim, o neoliberalismo se consolidou - e ainda se consolida - em diversos países da América Latina, um continente que se encontrou em diversas crises políticas, econômicas e socioculturais nos últimos anos. A fome, a miséria, o desemprego, calamidades no serviço público, ensino de baixa qualidade e dentre outras desigualdades sociais que foram se agudizando e deixando cada vez mais a sua população desamparada, diminuindo os seus direitos sociais e aumentando a sua vulnerabilidade social.

A crise imigratória se intensificou por diversas razões e o neoliberalismo foi coadjuvante - ou até mesmo protagonista, dependendo da perspectiva que se analisa a situação - para que milhares de famílias arriscassem as suas vidas para atravessar territórios e tentar uma vida com mais dignidade, autonomia e respeito aos seus direitos.

Na América Latina, estes imigrantes tiveram o Brasil como o país ideal para conquistar tudo isso de volta, essa comunidade que perdera tudo com guerras, crises políticas, crises ambientais, falta de oportunidade para que alcançassem uma melhor qualidade de vida, seja na educação, na saúde, na economia, na moradia, nos direitos civis e sociais e nos direitos humanos - ou todas essas coisas juntas - não se via com mais nada a perder a não ser tentar tudo novamente em um outro país e um destes países era o Brasil, porém, assim como a crise política acontecia em outros países da América Latina, o território brasileiro não era tão diferente.

Capítulo III

3. Breve análise dos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro nas políticas imigratórias

Iremos iniciar com os primeiros dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva e suas políticas externas migratórias, analisando a tese de Roberto Rodolfo Georg Uebel “Política Externa Migratória Brasileira: Das Migrações de Perspectiva à Hiperdinamização das Migrações Durante os Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff”, os primeiros governos de Lula ainda têm um impacto recente na política brasileira e neste capítulo será feita uma breve comparação entre os governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, pois é importante entender como o Estado brasileiro participou para enfrentar as demandas surgidas durante esses recentes anos com o aumento do fluxo imigratório e ao final refletir sobre como políticas imigratórias ou a falta delas é sempre um desafio para o Serviço Social quando se trata de intervir como profissão na realidade destes imigrantes.

Para Uebel (2020, p. 92), a política externa migratória do governo de Lula “percebeu algumas nuances sustentadas em três eixos de inserção e atuação estratégica: a participação brasileira na MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti, nas missões humanitárias na África e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.” e esses três eixos serviram de análise para argumentar a questão dos imigrantes durante o governo de Lula.

Para o autor, Lula alinhou a sua política externa geral com a política externa migratória e foi além, concentrando o discurso na pauta dos direitos humanos e um “anseio brasileiro de possuir um assento permanente no CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas.”

Uebel argumenta que apesar de Lula ter criado um ministério especialmente ao tema, a questão migratória não foi bastante trabalhada e o governo seguia uma continuação do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (FHC) “contudo, com novos paradigmas impostos pelo “neodesenvolvimentismo social” do Partido dos Trabalhadores, somados às agendas integracionistas latino-americanas e progressistas da época” e o tratamento aos imigrantes e refugiados durante o seu governo não era efetiva na integração dessa comunidade na sociedade brasileira e para Uebel foi um marco importante a breve ruptura que o governo de Lula fez com a continuação que estava seguindo do governo de FHC.

Se fôssemos traçar uma linha do tempo para identificar essa ruptura (ou surgimento) da política externa migratória brasileira, poderíamos inserir alguns anos-chave, como 2004, quando do surgimento da MINUSTAH, 2006 com a primeira Cúpula América do Sul-África e 2008, com o estabelecimento da União de Nações Sul-Americanas. Observemos como a PEXM era tão

condicionada à política externa “ativa e altiva” de Lula da Silva, Amorim e Garcia.

Neste condicionante é possível identificar e reforçar como as migrações de perspectiva se verificam mais como uma consequência da política externa brasileira do que como uma causa, ao contrário de Estados como Canadá e Austrália, onde as políticas são esboçadas para os potenciais imigrantes. (UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Política Externa Migratória Brasileira: Das Migrações de Perspectiva à Hiperdinamização das Migrações Durante os Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, p. 443. 2018.)

Segundo a tese de Uebel, embora o governo de Lula tenha colocado mais atenção nas políticas imigratórias do que o governo anterior, o autor salienta que “a política externa de Lula da Silva, embora esta não rompa totalmente com àquela de Cardoso e não será totalmente rompida na passagem para o governo Rousseff.”

[...] as migrações de perspectiva começam a surgir também com a reorientação do Brasil para o mundo e veem os primeiros elementos da sua hiperdinamização no limiar do governo Rousseff, que mudará a trajetória de uma orientação à África para uma multipolarização estratégica da política externa brasileira, abrangendo aquele continente, a América Latina, Caribe, Oriente Médio e o resto do mundo. A administração Rousseff, [...] também inserirá, enfim, a questão migratória de fato na política externa e na agenda governamental brasileira de uma forma explícita “nunca antes na história deste país” vista assim. (UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Política Externa Migratória Brasileira: Das Migrações de Perspectiva à Hiperdinamização das Migrações Durante os Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, p. 472-473. 2018.)

Os primeiros mandatos de Lula demonstraram um interesse de diplomacia nas políticas externas, mas que demorou bastante para se desvincular do governo anterior de FHC e entender a questão imigratória como também uma pauta das políticas externas.

Já o comportamento do governo Rousseff foi analisado por Uebel como “o governo que mais perto chegou de uma criação e efetivação de uma Política Migratória Nacional”, e a questão dos imigrantes e refugiados teve uma maior atenção e participação em políticas de acolhimento, onde a população de imigrantes dentro do Brasil quase triplicou de um mandato para o outro.

Ao encerrar o seu governo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderia afirmar que, com base nos dados da Polícia Federal, durante a sua administração, 336.451 imigrantes escolheram o Brasil para continuarem os sonhos, objetivos e projetos de vida. Dilma Rousseff, por conseguinte, poderia argumentar que mais de um milhão de imigrantes – para ser mais preciso, 1.018.322 – percorreu o mesmo caminho, o maior estoque imigratório do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. (UEBEL,

Roberto Rodolfo Georg. Governança Migratória na Administração Rousseff: Panoramas e o Visto Humanitário, p. 101, 2022)

O autor destaca que durante o governo Rousseff, houve uma mudança do perfil dos imigrantes em relação às suas nacionalidades, enquanto diminuía o fluxo de europeus na migração para o Brasil, houve o aumento de imigrantes cujo países de origem eram da América Latina, aumentando o número de venezuelanos no país.

Se durante o período do governo anterior, de 2003 a 2010, os europeus ocupavam cinco das dez primeiras posições dos maiores grupos imigratórios no Brasil, esse cenário se transformaria profundamente a partir de 2011: apenas os portugueses estavam nos maiores grupos, caindo da sexta para a oitava posição. A América do Sul e o Caribe, principais polos de projeção da tímida política externa de Rousseff, dominariam o restante da tabela, conforme visto anteriormente. Das 209 nacionalidades, apenas dez não enviaram imigrantes para o Brasil de forma regular: Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Kiribati, Nauru, Niue, Palau, São Cristóvão e Névis, Somalilândia, Sudão do Sul, Vaticano, ou seja, fluxos praticamente irrelevantes para uma demografia migratória global. De resto, o Brasil recebeu desde um imigrante do Saara Ocidental até 92.236 venezuelanos, imigrantes esses que, no governo anterior, ocupavam a 25ª posição. (UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Governança Migratória na Administração Rousseff: Panoramas e o Visto Humanitário, p. 102, 2022)

Todavia, Uebel acredita que “a política externa brasileira de Rousseff, que teve três chanceleres em cinco anos e meio, foi mais tímida, concentrada e centralizada na personalidade da presidente” e o fato de ter a troca de três chanceleres durante seus quase seis anos de mandato que eram “estritamente obedientes ao pensamento presidencial, e não o contrário, como ocorria até então.” foram ações que diferenciam o governo Rousseff do governo de Lula, considerado um ponto de ruptura de um governo que progrediu na questão imigratória, no acolhimento dessa comunidade, mas perdeu na diplomacia presidencial.

Desse modo, podemos afirmar que o ponto de ruptura da política externa migratória brasileira foi 2014, o ano em que, em seu começo, prometia uma reestruturação legal migratória, com a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) e que deveria culminar na aprovação da nova Lei de Migração (não a aprovada em 2017), acabou findando como o ano de um governo reeleito, mas com questões político-estruturais que impediriam o avanço do debate da COMIGRAR e da própria legislação migratória brasileira. (UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Governança Migratória na Administração Rousseff: Panoramas e o Visto Humanitário, p. 104, 2022)

O progresso de avanço foi interrompido devido ao golpe que a ex-presidente sofreu com o *impeachment* de seu mandato, essa e outras políticas foram

descontinuadas. O interrompimento ilegal do mandato de Dilma causou uma pausa abrupta na agenda migratória, mas o “próprio feito que consolidaria o posicionamento internacional do Brasil como uma potência global” (Uebel e Ranincheski, 2017)

O debate da Nova Lei de Migração iniciou no mandato de Dilma Rousseff, mas a aprovação aconteceu no mandato do golpista Michel Temer que, ao contrário dos governos anteriores, não organizou e nem foi objetivo com as estratégias das políticas externas para concentrar alguma parte delas na questão imigratória e preferiu priorizar acordos com países europeus e isolou o Brasil de uma diplomacia com a Venezuela.

A política de migração do período, inovada com a aprovação da Nova Lei de Migrações, é compreendida como a expressão da valorização dos conceitos de direitos humanos e interdependência, no entanto, percebe-se que a postura brasileira durante esse governo parece seguir as tendências anunciadas nos mandatos anteriores sem uma agenda objetiva definida para as migrações (UEBEL; RANINCHESKI, 2017, apud Vendruscolo, Laura, p. 17, 2021)

Entre os avanços da lei, Oliveira (2017) destaca que na “[...] mudança de enfoque desse novo marco legal das migrações, agora com ênfase na garantia dos direitos das pessoas migrantes, tanto dos estrangeiros que por aqui aportam quanto para os brasileiros que vivem no exterior.”, o autor chama atenção para os dispositivos previstos em dois artigos, sendo assim, o 3º:

No artigo 3º, que trata dos princípios e diretrizes da política migratória brasileira, destacam-se, entre outros, os seguintes pontos: a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; o repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; a não criminalização da migração; a não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; a promoção de entrada regular e de regularização documental; a acolhida humanitária; a garantia do direito à reunião familiar; a igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; o acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; a promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante; a cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante; a proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante; a proteção ao brasileiro no exterior; a promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; e o repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas. (OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova Lei Brasileira de Migração: Avanços, Desafios e Ameaças, p. 175, 2017)

Sobre o artigo 4º, o autor considera que foi:

[...] voltado a estabelecer garantias aos migrante, assegura: direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; direito à liberdade de circulação em território nacional; direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes; medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos; direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável; direito de reunião para fins pacíficos; direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos; acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de autorização de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em autorização de residência; e direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória. (OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova Lei Brasileira de Migração: Avanços, Desafios e Ameaças, p. 175, 2017)

A Lei 13.445/2017 ² foi então sancionada contendo diversos vetos, 18 no total, um deles concederia “anistia indiscriminada a todos os imigrantes”, o mandato demonstrou um comportamento divergente do governo de Dilma, o que antes era um governo que abria as portas para o melhor acolhimento dos imigrantes, com Temer, o Brasil se transformou num lugar de opressão para essa comunidade.

Apesar dos vetos de Temer, Oliveira (2017) declara que “o país passa a ter uma das legislações mais modernas no trato das políticas migratórias” e pode ser considerada uma vitória que contribuiu para a questão imigratória, levando em consideração que o mandato de Temer foi marcado pelos desmontes e contrarreformas nas políticas públicas, com um discurso de recessão para a população brasileira e que o recurso com os gastos com direitos sociais foram os primeiros a serem prejudicados.

[...] a face ultraparticularista e de nítidos tons fascistas da burguesia brasileira (despida com o processo de golpe) é consoante à espoliação das políticas de proteção social em demérito de qualquer compromisso com os

² Sancionada em maio de 2017 como Lei 13.445, a Lei de Migração entrou em vigor seis meses depois, regulamentada por meio do decreto Decreto 9.199/17. E ao contrário da normativa, cuja elaboração foi acompanhada de diversos debates junto à sociedade civil, o decreto foi elaborado pelo governo federal com participação social mínima, restringindo alguns aspectos da lei. (MigraMundo Equipe. Entidades e pesquisadores defendem Lei de Migração e pedem mudanças em regulamentação. MigraMundo, 06 jun. 2022. Disponível em: <https://migramundo.com/entidades-e-pesquisadores-defendem-lei-de-migracao-e-pedem-mudancas-em-regulamentacao/>. Acesso em: 13 set. 2023.)

trabalhadores e segmentos mais pauperizados. Esta certeza é clara em apenas dois anos do ilegítimo governo de Michel Temer, a partir de ações como a Emenda Constitucional nº 95, congelando por 20 anos o gasto público destinado a direitos sociais fundamentais como Saúde, Educação e Assistência Social; a aprovação da contrarreforma trabalhista que nos repõe a situações bárbaras de trabalho intermitente, desprotegido e análogo à escravidão; e a nefasta proposta de contrarreforma da previdência. (SOUZA, Giselle; SOARES, Morena Gomes Marques. Contrarreformas e Recuo Civilizatório: Um Breve Balanço do Governo Temer. p. 15, 2019.)

No que tange aos desafios que a aprovação dessa lei trouxe justamente no mandato de Michel Temer, Oliveira (2017) elenca os principais desafios que surgem com a aprovação de uma lei que contou com 18 vetos e que beneficia os setores conservadores do país, e que, embora minoritários, “são suficientemente bem articulados para poderem atuar no sentido de desconfigurar alguns aspectos positivos no processo de regulamentação”, para o autor, os vetos que causaram maiores prejuízos foram propostos pela:

Casa Civil, que logo no Inciso I do § 1º do art. 1º vetou a definição de migrante sob o argumento de que o conceito estava demasiadamente amplo ao incluir o imigrante, o emigrante, o residente fronteiriço e o apátrida. Também vetou o parágrafo 4º do art. 113, que colocava como grupo vulnerável a pessoa que responde em liberdade por algum delito cometido. Esses vetos revelam, por um lado, a falta de conhecimento das várias dimensões da mobilidade humana e, por outro, a insensibilidade ao não reconhecer que uma pessoa que responde por processo criminal num país estranho, seja qual for o motivo, encontra-se em enorme vulnerabilidade. O atenuante a favor da necessária aprovação do dispositivo reside no fato de a pessoa estar em liberdade, o que sinaliza tratar-se de delito de menor poder ofensivo; (OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova Lei Brasileira de Migração: Avanços, Desafios e Ameaças, p. 176, 2017)

E, também, pelo:

Ministério da Justiça e Segurança Pública, Advocacia Geral da União e do Gabinete de Segurança Institucional, de onde partiram vetos igualmente prejudiciais, como: o que não garante a livre circulação aos povos originários, alegando afronta à soberania nacional; o que impede a revogação das expulsões decretadas antes de 1988, ou seja, aquelas baseadas no regime de exceção, também sob o argumento que isso afetaria a soberania nacional; o que ampliava a autorização de trabalho, sem a necessidade de autorização específica, cuja justificativa foi a necessária referência específica via norma; e o veto integral ao artigo que concedia anistia aos migrantes em situação irregular que tivessem ingressado no território nacional até julho de 2016. A justificativa dada é muito frágil, uma vez que se ampara no fato de existirem diversos status migratórios que seriam beneficiados e por não ser possível precisar a data de entrada da pessoa em situação irregular. (OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova Lei Brasileira de Migração: Avanços, Desafios e Ameaças, p. 176, 2017)

O autor finaliza acrescentando à pauta uma ameaça que surge com a aprovação da lei, uma considerável parte da população brasileira desinformada que multiplica um discurso de ódio e se posiciona contrária.

Além desses desafios, um outro, revestido de ameaça, é a crescente manifestação organizada de segmentos sociais, assumidamente com posições à direita do campo ideológico, que são contrários à nova lei. São pessoas completamente equivocadas a respeito das migrações internacionais e que sequer se dão ao mínimo trabalho de conhecer o tema, pois se o fizessem teriam a dimensão do quanto são equivocadas suas posições, uma vez que uma vasta gama de trabalhos acadêmicos sérios mostra que a migração traz mais benefícios do que prejuízos para os países de destino. (OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova Lei Brasileira de Migração: Avanços, Desafios e Ameaças, p. 177, 2017)

Assim, o governo de Temer foi breve, porém conturbado para a continuação de políticas públicas, com um forte interesse em apenas ter beneficiado às classes burguesas e regredindo nas conquistas de direitos sociais não só para a população brasileira, mas para comunidade estrangeira. Todavia, a política brasileira não “tomou um respiro” de um governo neoliberal, pois com a eleição e os quatro anos seguintes de mandato de Bolsonaro, além do neoliberalismo, cidadãos e cidadãs brasileiras(os) enfrentaram uma onda ultraconservadora.

Silva (2021), elabora sobre a conduta do governo Bolsonaro nas políticas externas migratórias “A atuação em PEX do governo Bolsonaro busca inspiração e validação no regime de Trump, uma vez que se defende uma política pró-ocidental com relações muito próximas aos Estados Unidos de modo unilateral como estado Proxy”.

O que é controverso visto que o discurso de Bolsonaro nas eleições girou em volta do resgate ao patriotismo – um nacionalista militarista -, além de repetir o discurso da Ditadura Militar sobre o fantasma da ameaça comunista, desta vez, o foco era criticar os dois primeiros mandatos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff aproveitando os escândalos de corrupção nos mandatos de ambos e criando uma narrativa fantasiosa e ideológica de “um inimigo interno”, discurso esse que se multiplicou entre os seus eleitores e a imagem construída de um herói da nação.

Como nas duas entrevistas de Jair Bolsonaro, em programas da televisão brasileiras, foram abordados assuntos diversos, desde ditadura militar, passando por saúde pública, segurança, educação, atuação do político durante os anos de deputado, contradições do seu discurso sobre

privilégios, entre outros aspectos, a pesquisa vai selecionar e extrair falas que possam ser trabalhadas no que se refere à análise da alteridade e a relação como Bolsonaro maneja elementos retóricos que remetem à Doutrina da Segurança Nacional e se utiliza da estratégia de inimigo interno da Nação para criar sua imagem de candidato (e herói) que pode salvar a Nação do “perigo vermelho”. Enunciados como “Será que o clima não está muito parecido com aquela época? Quem nos salvará?”, referindo-se à ditadura militar, ou “Essa bandeira jamais será vermelha”, são alguns exemplos. (PALUDO, Larissa Júlia. O Inimigo Interno que Ameaça a Nação: Um Estudo Sobre Alteridade nos Discursos de Jair Messias Bolsonaro, p. 70, 2020)

Esse discurso e a ideologia foram muito presentes durante os quatro anos de mandato de Bolsonaro, mas principalmente no primeiro ano, portanto, as políticas externas de migração sofreram críticas de terem sido conduzidas negativamente como nunca, não só em território brasileiro, mas no mundo:

Existem algumas críticas em relação a este alinhamento unilateral. Gonçalves e Teixeira, por exemplo, defendem que a PEX de Bolsonaro “inaugurou inédita direção de política externa, nunca antes vista em qualquer parte do mundo: uma política externa movida exclusivamente por motivações ideológicas, sem compromisso com qualquer concepção de interesses nacionais”. (2020, p. 192) (SILVA, Henrique Augusto Saraiva da. A Política Migratória Brasileira: As Migrações no Governo Bolsonaro, p. 38, 2021)

Dos desafios encontrados durante o governo de Jair Bolsonaro quanto às políticas imigratórias, há a percepção de que a relação com os Estados Unidos e os discursos ideológicos implicaram para uma nova identidade de um Brasil nada acolhedor, modificando anos de reconhecimento do país como um lugar seguro para imigrantes, mesmo que com todas os desafios enfrentados.

Novamente, as declarações sobre a imigração de Bolsonaro e de outros personagens do seu governo são o que alimentam grande parte dos desafios, sendo assim, um mandato marcado por discursos de ódio e no caso dos imigrantes, a xenofobia validada pelas falas do presidente do país.

Silva (2021) exemplifica vários destes discursos na época do mandato de Bolsonaro em três momentos:

Já eleito, em 2018, Bolsonaro defendeu maior controle do ingresso de refugiados venezuelanos fugidos da ditadura venezuelana, sugeriu a criação de campos de refugiados e alegou “do jeito que estão fugindo da fome e da ditadura, tem gente também que nós não queremos no Brasil” (Uol, 2018).

Também em 2018 lançou críticas à Lei de Migração de 2017: “Vê, a França aceitou algo parecido com isso, ó a desgraça que está lá. Nós somos humanos, queremos respeitar direitos humanos, mas ninguém quer botar

certo tipo de gente para dentro de casa. E o Brasil é a nossa casa" (Uol, 2018b).

Em entrevista a um canal estadunidense, Bolsonaro defendeu a política migratória de Trump, de uma criação de um muro entre México e EUA, "Concordamos com a proposta sobre o muro. A maioria dos imigrantes não têm boas intenções, nem quer o melhor ou fazer o bem ao povo americano" (Uol, 2019). (SILVA, Henrique Augusto Saraiva da. A Política Migratória Brasileira: As Migrações no Governo Bolsonaro, p. 42, 2021)

Durante a pandemia da COVID-19, assim como todas as expressões da Questão Social que se intensificaram e agravaram, com a imigração não foi diferente, esse público em busca de refúgio definiu o Brasil como destino, mas o governo de Bolsonaro construiu barreiras para essa população, editando portarias para evitar o acesso de imigrantes ao país.

Foram editadas diversas portarias para restringir a circulação de estrangeiros no ano de 2020 durante a pandemia, como o fechamento das fronteiras. Fonseca, Medeiros e Miranda (2021) destacam a Portaria 120/2020, a primeira a ser editada, que proibia a entrada de venezuelanos, seguidas por diversas outras estendidas a outras nacionalidades e abria a possibilidade de retirar indivíduos que houvessem ingressado irregularmente, contrariando a lei de Migração de 2017 e a Lei de Refúgio. (SILVA, Henrique Augusto Saraiva da. A Política Migratória Brasileira: As Migrações no Governo Bolsonaro, p. 46, 2021)

Uma das poucas respostas do governo de Bolsonaro para atender às questões imigratórias foi a Operação Acolhida, segundo a Casa Civil³, foi baseada em três pilares: Ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização.

No governo há mais de dois anos, Bolsonaro ainda não apresentou um plano original para lidar com a situação. Uma medida relevante que tomou a favor dos refugiados foi a manutenção e a expansão da Operação Acolhida, iniciativa criada durante o governo federal anterior, de Michel Temer. Com o apoio da ONU, mais especificamente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), e de mais de 100 ONGs, a Operação é levada a cabo pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial, órgão criado durante o governo Temer, com o objetivo de organizar a assistência dada a migrantes e refugiados. O Ministério da Defesa também opera em conjunto com o Comitê, disponibilizando militares para ir até a fronteira e cuidar dos trâmites que envolvem a Operação Acolhida. Seus eixos de ação são o ordenamento da fronteira para que as pessoas possam transitar, seguido de oferecimento de abrigo e assistência, bem como, por fim, o transporte para que os refugiados venezuelanos sejam interiorizados em outras partes do país (MENDES, MENEZES, 2019). (SANTOS, Anna Clara Sampaio de Almeida. A Crise Humanitária Venezuelana Entre a Falta de Planejamento e a Política de (Des)Acolhida, p. 6-7, 2021)

³ Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>

Portanto, se havia a expectativa de um futuro incerto sobre Nova Lei de Imigração, mesmo com vetos para ser sancionada, o governo Bolsonaro não deixou dúvidas de que o retrocesso seria garantido para as políticas imigratórias, Silva (2021) argumenta que “do início do mandato presidencial até meados de 2021, a política migratória de Bolsonaro afasta-se dos parâmetros da Lei de Migração de 2017 indicadas na sessão 2.1. Retoma-se de modo discursivo e prático paradigmas do antigo Estatuto do Estrangeiro.”

Por fim, a análise desses governos, seus progressos e retrocessos, atingem diretamente os imigrantes, mas reflete também nos desafios que profissionais da linha de frente possam encontrar, as assistentes sociais sendo um desses exemplos.

CAPÍTULO IV

Atribuições e desafios do Serviço Social na questão migratória

4.1 As atribuições das assistentes sociais em torno da questão imigratória

A questão do refugiados é trabalhada em diversas categorias profissionais, no Serviço Social, é atribuído o atendimento à essa população e as assistentes sociais fazem parte da linha de frente desse processo de acolhimento em conjunto com os demais profissionais, em muitos casos, realizam o acompanhamento da demanda que a pessoa em situação de refúgio traz em busca dos seus direitos que são assegurados pela lei nº 13.445, a lei de imigração, pela Constituição Federal do Brasil (CF/1988) que “garante aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”

No que tange ao acesso às políticas públicas para a população de imigrantes e refugiados, a Constituição Federal do Brasil faz essa contemplação no artigo 6: “São

direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Dessa forma, entendemos que qualquer pessoa que esteja em território brasileiro, tem direitos sociais e acesso às políticas públicas, se assim for preciso. Uma dessas políticas públicas é a Assistência Social, destaque no documento criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social em 2016 sobre sistematização do debate sobre o papel da assistência social no atendimento aos migrantes⁴, que deve atender a todas cidadãs e todos os cidadãos que dela necessitarem, sendo assim, o seu acesso é direito social para a população de imigrantes, pessoas em situação de refúgio e apátridas que estão em situação de vulnerabilidade ao chegar em território brasileiro.

O Serviço Social brasileiro trabalha dentro desta política de Assistência Social e se depara com várias facetas da Questão Social que estão vinculadas à desigualdade produzida e reproduzida pelo capitalismo, pode-se mencionar também a peculiaridade de um país como o Brasil, que enfrenta uma crise política, econômica e cultural, junto com a América Latina, onde não se encontra estabilidades e houve um enfraquecimento da efetividade das políticas públicas nos últimos anos devido a governos contrarreformistas que atuaram anteriormente.

Segundo as autoras Defendi e Cordeiro (2019), há uma contradição entre o capitalismo e os direitos humanos “que conforma a questão social, e dá ao senso comum papel de legitimar a ideologia dominante, naturalizar a violação de direitos e ocultar a omissão do Estado.” Fazendo a reflexão com as duas autoras, as desigualdades sociais estão fortemente enraizadas dentro de uma sociedade onde existe um sistema como o capitalismo e seu discurso fácil de falsa liberdade que aliena a classe trabalhadora para se manter e um Estado que não tenta impedir o crescimento dessas desigualdades que são expressas de diversas maneiras.

O Serviço Social é uma categoria profissional que apresenta esse comprometimento de proteger os direitos da classe trabalhadora e fazer com que estes direitos sejam concretizados, a profissão precisa fazer o entendimento da

⁴ O objetivo desse documento é situar o papel da Assistência Social no contexto do aumento recente das migrações a partir dos normativos do SUAS, do acúmulo de debates acumulados no período de 2015 a 2016, a partir da Câmara Técnica dos Migrantes, instituída no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite e das ações desenvolvidas para SNAS sobre o tema. Ao final deste documento, consta anexo um glossário elaborado pelo Ministério da Justiça que sistematiza a tipologia geral dos migrantes.

conjuntura em que essa classe trabalhadora está inserida e cobrar ativa e persistentemente a presença do Estado para que ele não falhe.

O objetivo do Serviço Social é a defesa e a efetivação de direitos, haja vista os onze princípios fundamentais do Código de Ética da Profissão, dos quais destacamos: o reconhecimento da liberdade como valor ético central, a autonomia, a emancipação, a defesa intransigente dos direitos humanos, o aprofundamento da democracia, a justiça social, a eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo.

O Serviço Social possui um projeto profissional que conta com diretrizes éticas contrapostas à ordem social instituída. Como especialização de trabalho, tem como base de fundação a questão social. Nesta perspectiva, os Direitos Humanos tornam-se imprescindíveis e cabe apreciá-los como meios de assegurar as conquistas alcançadas pela classe trabalhadora e que são constantemente ameaçadas pela lógica do Capital. É necessário efetivar ações profissionais competentes e compatíveis que não gerem maiores restrições aos afetados pelas violações de direitos. Isso exige do profissional capacidade de análise e crítica, denunciando as artimanhas do pensamento conservador. (CFESS, 1993). (DEFENDI, Claudia; CORDEIRO, Sávila. CRAI Ocupa: trabalho social com imigrantes em ocupações. 2019)

A assistente social em seu exercício e cotidiano profissional que envolve a Questão Social como o seu objeto de trabalho e intervenção, nessa encruzilhada de contradições entre os interesses da classe trabalhadora e os interesses do capitalismo, é identificada a luta de classes em que “o assistente social é chamado a cravar suas ações sobre as questões trazidas e reconhecidas como sendo ‘direito do usuário’ ao qual deve buscar materializar por meio de suas ações profissionais individualizadas.” (Lacerda, 2014).

As autoras Defendi e Cordeiro além de nos trazerem as atribuições da assistente social dentro do seu cotidiano profissional, que se apresentam na linha de frente de suas ações, também abordam a profissão como uma das fomentadoras de políticas públicas e políticas sociais, segundo elas:

O Assistente Social se ocupa das relações humanas, sociais, de poder, econômicas ou étnicas. O objeto profissional constitui as expressões e a transversalidade do social, que exaspera as contradições da vida social, em todas as manifestações de vida coletiva. Profissional da proposição, além de execução, o assistente social tem formulado, implementado e gerido políticas sociais e políticas públicas.

Em cada novo cenário, faz-se necessário perceber alternativas, limites e possibilidades que acompanhem e se atualizem ao enfrentamento das diversas expressões da questão social em todos os níveis. As propostas de atuação devem preservar e reconhecer sujeitos de valores que a vivenciam, tendo em conta lutas e conquistas de vida, solidariedade e humanidade. Para tanto, é necessário apreender os modos de viver, pensar, resistir, os diversos interesses coletivos de forma cultural, social e política. (DEFENDI, Claudia; CORDEIRO, Sávila. CRAI Ocupa: trabalho social com imigrantes em ocupações. 2019)

Santos debate sobre as atribuições da assistente social na questão dos refugiados, para a autora, o modo de produção capitalista estabelece limites na concretização na “defesa da liberdade, um valor ético central do projeto ético-político do Serviço Social”, ou seja, levando isso para a esfera da questão migratória, assistentes sociais são atribuídos para que garantem a liberdade, autonomia e facilitem o acesso a direitos sociais de pessoas imigrantes, dentre outras formas de defesa de direitos que a demanda desta comunidade venha necessitar.

As atribuições dos assistentes sociais não prescindem de fundamentos ideológicos e políticos, portanto, de concepções que dão sentido ao exercício das atribuições dos assistentes sociais, uma vez que elas incidem nas expressões da questão social, base fundante da profissão. Trata-se de conhecer os fenômenos com os quais nossa profissão se defronta. Ou seja, sua direção ético-política, conforme chamam a atenção vários estudiosos da tradição marxista. (SANTOS, Cleusa. Fluxos Migratórios e Atribuições do Assistente Social, p. 7. 2015)

A autora traz também que a atuação da assistente social não acontece em apenas um campo sócio-ocupacional, para ela o profissional de Serviço Social exerce “funções nos diferentes serviços, programas e projetos, seja no âmbito das políticas sociais implementadas pelo Estado, seja nas organizações da sociedade civil.” e traz à tona os princípios fundamentais do Código de Ética do assistente social, sendo eles, utilizados neste trabalho também, para reforçar a este debate a necessidade da maior participação do Serviço Social nesta expressão da Questão Social.

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, p. 23-24 [2012].)

Desta maneira, o Serviço Social brasileiro, seguindo os seus princípios como profissão, necessita de ter maior propriedade e mais protagonismo no atendimento aos imigrantes e pessoas em situação de refúgio, principalmente por ser uma profissão de caráter interventivo. A categoria precisa debater com mais veemência e exigir do Estado a ampliação da sua participação no primeiro acolhimento desta comunidade, mas antes disso, esse debate precisa ser mais incisivo na graduação dos cursos de Serviço Social e em eventos realizados pelos Conselhos da profissão, para que, profissionais que atuem diretamente com este público e que enfrentam diversos desafios em seu cotidiano profissional, compartilhem suas experiências e assim, a classe consiga unificar para ampliar esse debate.

4.1 Assistentes sociais e o desafio no atendimento de imigrantes e/ou pessoas em situação de refúgio no Brasil

Para Defendi e Sávia (2019), um dos principais desafios políticos do capitalismo contemporâneo é a migração, o que este trabalho deseja acrescentar à pauta dentro dos debates do Serviço Social, nesse caso, não só na categoria profissional, mas também na formação desses futuros profissionais, a fim de pesquisar quais são as contribuições e orientações já realizadas e alertar para os desafios que surgiram quando emergiu a crise em 2017 na América Latina e, conseqüentemente, o aumento do fluxo migratório na fronteira brasileira que gerou uma maior demanda que compromete o Serviço Social e também desafios.

Para ilustrarmos os desafios vivenciados no cotidiano profissional das assistentes sociais, utilizaremos a pesquisa de pós-graduação realizada por Kelly Borges de Almeida Rocha no ano de 2020 intitulada como “O Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais com os Venezuelanos em Situação de Imigração e Refúgio: Os Desafios na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social em Manaus” para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Aos esclarecimentos da autora sobre os locais visitados, “a pesquisa foi realizada em quatro equipamentos voltados para o acolhimento dos refugiados e imigrantes venezuelanos em Manaus: Casa do Migrante Jacamim, Abrigo Coroado, Maria de Miranda Leão e Oásis Abrigo de Famílias.”

Rocha enfatiza sobre a continuação da formação das assistentes sociais, o que este trabalho acredita que ser cada vez mais necessário, visando o despreparo em situações incomuns em que o profissional de Serviço Social pode se encontrar.

A formação continuada para o assistente social não é apenas para buscar melhorias na qualidade de vida, em virtude das exigências do mercado de trabalho capitalista, mas sobretudo para levar aos usuários um atendimento melhor, conectado com a dinâmica da sociedade e da profissão. (ROCHA, Kelly Borges de Almeida. O Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais com os Venezuelanos em Situação de Imigração e Refúgio: Os Desafios na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social em Manaus, p. 122. 2020)

As condições de saúde são levadas em consideração na pesquisa feita com as profissionais, em sua pesquisa, Rocha (2020) destaca que “três profissionais indicaram que o trabalho desenvolvido afetou, mesmo que parcialmente, sua condição de saúde.” Para a autora, “a busca pela própria sobrevivência, a alienação no trabalho,

a defesa do projeto profissional e da ética, relações tensas e precarizadas de trabalho, acrescenta-se a isto a falta de estrutura na oferta dos serviços.”

Mesmo o Serviço Social sendo uma profissão tão atuante e consciente de seus direitos, as profissionais não conseguem escapar da exploração e alienação do trabalho sendo duas das várias manifestações das contradições do capitalismo.

Os processos de alienação estão intrínsecos ao trabalho assalariado, e a categoria não está imune, a constante contradição vivida pelos profissionais, a qual pode se limitar a servir ao capital ou pode atender aos interesses da classe trabalhadora (com a sua relativa autonomia), cria um ambiente de preocupação e de controle, pois a tríade, flexibilização/precarização/terceirização do trabalho, deixa o profissional à mercê das decisões e deliberações de maneira unilateral do seu empregador. (ROCHA, Kelly Borges de Almeida. O Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais com os Venezuelanos em Situação de Imigração e Refúgio: Os Desafios na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social em Manaus, p. 131. 2020)

O capitalismo está sempre se moldando e se reinventando para estabelecer a sua hegemonia, para que a trabalhadora, mesmo que a mais vigente de seus direitos, não consiga se desvincular desse sistema tão desigual que atinge toda a classe trabalhadora, sendo uma delas o Serviço Social.

Na verdade, a reorganização do capital é que produz novas formas de exploração e captação de mão de obra, sua ideologia vai se transformando para que o trabalhador ofereça o que ele precisa em conformidade com seus novos contornos, ou seja, valores são criados para legitimar e reproduzir sua dominação e suas consequências são sentidas na esfera da vida social do sujeito. (ROCHA, Kelly Borges de Almeida. O Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais com os Venezuelanos em Situação de Imigração e Refúgio: Os Desafios na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social em Manaus, p. 131. 2020)

O aumento da demanda das assistentes sociais se mostra como um dos desafios dentro do cotidiano profissional, um dos principais desafios que as/os venezuelanas(os) apresentaram na pesquisa e que aumentou a demanda das assistentes sociais foi a questão da documentação e do acolhimento destes imigrantes. Na pesquisa, os relatos das profissionais são:

[...] muita demanda por acolhimento, pois muitos ficaram sem ter onde morar ou ter como pagar aluguel [...] (Profissional A) O impacto principal, no meu ponto de vista, são os documentos como o CPF e protocolo de refúgio (SIC) são de extrema importância para assegurar seus direitos e proteção social (Profissional C). A procura de acolhimento, pois os abrigos não suportam grandes quantidades de pessoas em locais que são estruturados

para receber em média 50 pessoas Registro e documentação (Profissional F). (ROCHA, Kelly Borges de Almeida. O Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais com os Venezuelanos em Situação de Imigração e Refúgio: Os Desafios na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social em Manaus, p. 133. 2020)

Rocha (2020) acrescenta que a demanda enfrentada por estas profissionais “extrapolam a simples execução da política, por isso é preciso se compreender a realidade escamoteada de preconceitos e desprivilegio que atravessa a política, bem como a vida social de seus usuários.” e reflete sobre esse novo cenário de imigração na atuação profissional do Serviço Social, visto que, “lidar com um público que instiga uma nova direção no trabalho do cotidiano, haja vista suas particularidades, e isso é um ponto a ser preservado e respeitado.”

Por mais familiarizados com o objeto de trabalho, com a área de atuação, suas atribuições e competências, é um desafio para as assistentes sociais não se desvincularem dos princípios fundamentais da profissão que se insere nas lutas da classe trabalhadora.

Listando um importante desafio apresentado na pesquisa em três dos sete relatos das assistentes sociais, que é uma demanda dos imigrantes, as assistentes sociais identificam a questão da xenofobia, uma das expressões da Questão Social, enfrentada cotidianamente pelos venezuelanos.

A Xenofobia, todos os encaminhamentos que damos aos venezuelanos, há sempre a necessidade de acompanhá-los até o local, caso contrário eles são destratados e seus direitos violados (Profissional A). A xenofobia e a falta de conhecimento das leis (Profissional D). Outro fato observado é a indiferença por saber que é um estrangeiro, o tratamento é diferenciado, ou seja, excludente (Profissional F). (ROCHA, Kelly Borges de Almeida. O Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais com os Venezuelanos em Situação de Imigração e Refúgio: Os Desafios na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social em Manaus, p. 134. 2020)

A burocratização é apresentada também com dois relatos das profissionais na pesquisa, mesmo havendo uma articulação de redes, esse se mostra um desafio para os imigrantes acessarem os seus direitos de forma rápida e prática.

O maior desafio é quando o usuário chega no Brasil, necessitando com urgência de atendimento médico, e não tem os documentos necessários, apesar de trabalharmos com parceria com outros órgãos, é necessário, fazer o agendamento para atendimento (Profissional C). A questão do Registro de Nascimento da criança que nasceu em solo brasileiro, pois por haver muita demanda nas maternidades há dificuldades em viabilização desse

documento (Profissional F). (ROCHA, Kelly Borges de Almeida. O Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais com os Venezuelanos em Situação de Imigração e Refúgio: Os Desafios na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social em Manaus, p. 134. 2020)

Nem toda assistente social do Brasil é capacitada para se comunicar em uma língua estrangeira. Na pesquisa, o idioma é uma barreira apresentada que dificulta o entendimento da demanda que o imigrante tenha, segundo uma das participantes da pesquisa “O primeiro desafio foi a comunicação, pois o idioma é diferente e não possuíamos tradutor” (Rocha, 2020).

A vivência destes desafios apresentados na pesquisa de Rocha sobre o cotidiano destas profissionais de Serviço Social no Brasil, com diversos desafios e demandas do atendimento realizado por assistentes sociais diretamente com o público venezuelano ou de outras nacionalidades, devido ao fluxo migratório ter crescido no país, evidencia desafios já encontrados durante o exercício da profissão, principalmente na área da Assistência Social, mas também particularidades como xenofobia e idiomas diferentes entre a profissional e a pessoa imigrantes.

Considerações Finais

Este trabalho se propôs a realizar uma reflexão sobre a questão imigratória no Brasil e a importância de trazer esse debate para o Serviço Social, entender o perfil dessas/desses “novas/novos” imigrantes que expandiram a sua população no território brasileiro nos últimos anos. Em uma análise de perfil socioeconômico de imigrantes dos últimos anos, o estudo apresentou sobre a feminização da migração e a sua crescente através de pesquisas realizadas, importante para entender as demandas que essas mulheres imigrantes e refugiadas apresentavam em seus países de origem e/ou que possam surgir dentro do território brasileiro devido ao fato de serem marginalizadas pela população.

Entender as demandas de imigrantes em suas particularidades, que se modificam através de governos que trocam o tempo todo, gerando uma sensação de instabilidade política com uma conjuntura política neoliberal que se destacou em crises na América Latina, incluindo o Brasil.

O trabalho apresentou uma breve análise de como o Estado enfrentou a questão imigratória durante cada governo, envolvendo os primeiros mandatos de Lula até o mandato de Bolsonaro, alguns mandatos, como os de Lula e de Dilma, principalmente da última citada, progrediram na construção de estratégias para lidar com a demanda, mas o país teve um forte retrocesso que iniciou com Temer, mesmo

sendo aprovada a Nova Lei de Imigração no seu mandato, e depois o Brasil enfrentou uma crise ideológica durante o governo de Bolsonaro.

Por fim, chegamos à discussão principal desse trabalho, debater sobre os atendimentos realizados pelas profissionais do Serviço Social que tiveram um cotidiano profissional tomado pelas demandas trazidas pelos imigrantes e quais os desafios enfrentados pelas assistentes sociais. Destacamos que o aumento da demanda, a xenofobia, a burocratização e a barreira que idiomas diferentes se forma para alcançar o objetivo da comunicação entre assistente em exercício da profissão e imigrantes em busca da garantia de seus direitos sociais.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Eliane Marchetti Silva. Os imigrantes e as ressignificações identitárias: ambivalência da brasilidade, p. 8, 2016
- BALESTRO, Ana Cristina; PEREIRA, Telma. Língua e Cultura na Feminização das Migrações no Brasil. p. 785, 2019
- BARBOSA, Carolina Lazzaro. A Crise da Venezuela: Paz, Segurança Social e Direitos Individuais, p. 47, 2019
- BORBA, Camila da Cunha Melo de Farias; D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. O sistema Capitalista no Contexto dos Trabalhadores Migrantes e Refugiados: O Mito de Sísifo, p. 4, 2019
- BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social, p. 57, 2017
- CALIXTO, Guilherme Pereira Calixto; MÈRCHER, Leonardo. Crise Humanitária na Venezuela: Como o Brasil Tem Lidado com o Fluxo Migratório de Venezuelanos, p.1, 2018
- CARNEIRO, Wellington Pereiro. Refúgio no Brasil Comentários à Lei 9.474/97. p. 45, 2017
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, p. 10-11, 2022.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, p. 9, 2022.
- Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, p. 23-24 [2012].
- COSTA, Luiz Rosado; SOUZA, José Eduardo Melo de; BARROS, Livia Cristina dos Anjos. Um Histórico da Política Migratória Brasileira A Partir de Seus Marcos Legais (1808-2019), p.169, 2019.

DADALTO, Maria Cristina; AUGUSTO, Isabel Regina. Estudos Migratórios na América Latina: Um Olhar Interdisciplinar. Introdução, p. 5, 2018.

DEFENDI, Claudia; CORDEIRO, Sávila. CRAI Ocupa: trabalho social com imigrantes em ocupações. 2019.

ESTENSSORO, Luis. Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina, p. 13, 2003.

FONTANA, Eduarda; ZIMNOCH, Larissa; LORENTZ, Luísa Acauan. A Crise Migratória no Século XXI: Anomalia ou Consequência da Política Internacional?, p. 4, 2017.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. Refúgio em Números (7ª Edição). Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, p. 10, 2022.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. Refúgio em Números (7ª Edição). Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, p. 10, 2022.

LUZ, Ricardo Santos da. Trabalho Alienado em Marx: A Base do Capitalismo, p. 32, 2008.

MAZZUCHELLI, Frederico. A Contradição Em Processo: O Capitalismo e Suas Crises. Segunda edição, p. 16, 2004

MENDO, Maria Luiza; FAGUNDES, Anderson da Silva; REIDEL, Tatiana. Migração, Refúgio e Questão Social: Aproximações da Particularidade Brasileira, 2021.

Migrações, Refúgio e Apatridia - Guia para Comunicadores 1ª edição, p. 10, 2019.

Migrações, Refúgio e Apatridia: Guia para Comunicadores. 1ª Edição, p. 6, 2016.

MORITZ, Maria Lúcia; SERAFIM, Larissa. A Face Feminina e Invisível da Migração. 2021.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova Lei Brasileira de Migração: Avanços, Desafios e Ameaças, p. 175, 2017.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova Lei Brasileira de Migração: Avanços, Desafios e Ameaças, p. 175, 2017.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova Lei Brasileira de Migração: Avanços, Desafios e Ameaças, p. 176, 2017.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova Lei Brasileira de Migração: Avanços, Desafios e Ameaças, p. 177, 2017.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; SILVA, Fábio Machado da; CAMPOS Davi Lopes. América Latina racionalizada na nova Lei de Migração, p. 175, 2018.

PALUDO, Larissa Júlia. O Inimigo Interno que Ameaça a Nação: Um Estudo Sobre Alteridade nos Discursos de Jair Messias Bolsonaro, p. 70, 2020.

PESSANHA, Roberto Moraes. Capitalismo Sob a Hegemonia Financeira e o Poder no Brasil, p. 8, 2021.

Resumo Executivo. Perfil socioeconômico dos Refugiados no Brasil. Subsídios para Elaboração de Políticas, p.5, 2019.

Resumo Executivo. Perfil socioeconômico dos Refugiados no Brasil. Subsídios para Elaboração de Políticas, p.9, 2019.

ROCHA, Kelly Borges de Almeida. O Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais com os Venezuelanos em Situação de Imigração e Refúgio: Os Desafios na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social em Manaus, p. 122. 2020.

ROCHA, Kelly Borges de Almeida. O Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais com os Venezuelanos em Situação de Imigração e Refúgio: Os Desafios na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social em Manaus, p. 131. 2020.

ROCHA, Kelly Borges de Almeida. O Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais com os Venezuelanos em Situação de Imigração e Refúgio: Os Desafios na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social em Manaus, p. 133. 2020.

ROCHA, Kelly Borges de Almeida. O Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais com os Venezuelanos em Situação de Imigração e Refúgio: Os Desafios na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social em Manaus, p. 134. 2020.

ROCHA, Kelly Borges de Almeida. O Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais com os Venezuelanos em Situação de Imigração e Refúgio: Os Desafios na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social em Manaus, p. 134. 2020.

RODRIGUES, Igor de Assis; CAVALCANTES, João Roberto; FAERSTEIN, Eduardo. Pandemia de Covid-19 e a saúde dos refugiados no Brasil p. 6-7, 2020.

RODRIGUES, Luciano; LEMOS, Luciene. Migrantes e migrações: entre a história e a literatura, p. 33, 2011.

SANTOS, Anna Clara Sampaio de Almeida. A Crise Humanitária Venezuelana Entre a Falta de Planejamento e a Política de (Des)Acolhida, p. 6-7, 2021.

SANTOS, Cleusa. Fluxos Migratórios e Atribuições do Assistente Social, p. 7. 2015.

SANTOS, Rayanny; SILVA, Jonathan. Refugiados no Brasil e a Aplicabilidade da Lei 9.474 de 22 de Julho de 1997 e Instrumentos Normativos Internacionais. 2022.

SILVA, Graziela Greco da; ANDRADE, Roberta Gabriela Sucolotti de; DUTRA, Cristiane Feldmann. Desafios enfrentados pelos refugiados na pandemia da Covid-19 no Brasil e as iniciativas da sociedade para acesso a seus direitos. 2020.

SILVA, Henrique Augusto Saraiva da. A Política Migratória Brasileira: As Migrações no Governo Bolsonaro, p. 38, 2021.

SILVA, Henrique Augusto Saraiva da. A Política Migratória Brasileira: As Migrações no Governo Bolsonaro, p. 42, 2021.

SILVA, Henrique Augusto Saraiva da. A Política Migratória Brasileira: As Migrações no Governo Bolsonaro, p. 46, 2021.

SOUZA, Giselle; SOARES, Morena Gomes Marques. Contrarreformas e Recuo Civilizatório: Um Breve Balanço do Governo Temer. p. 15, 2019.

TEMPORALIS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2 n. 3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, p. 17, 2001.

TOMAZ, Marianna Andrade. *A Questão Social no Capitalismo: Uma Análise do seu Conceito na Contemporaneidade*, 2013.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. *Governança Migratória na Administração Rousseff: Panoramas e o Visto Humanitário*, p. 101, 2022.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. *Governança Migratória na Administração Rousseff: Panoramas e o Visto Humanitário*, p. 102, 2022.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. *Governança Migratória na Administração Rousseff: Panoramas e o Visto Humanitário*, p. 104, 2022.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. *Política Externa Migratória Brasileira: Das Migrações de Perspectiva à Hiperdinamização das Migrações Durante os Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff*, p. 443. 2018.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. *Política Externa Migratória Brasileira: Das Migrações de Perspectiva à Hiperdinamização das Migrações Durante os Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff*, p. 472-473. 2018.

UEBEL; RANINCHESKI, 2017, apud Vendruscolo, Laura, p. 17, 2021.

VADELL, Javier Alberto; CARVALHO, Pedro Henrique Neves de. *Neoliberalismo na América do Sul: A Reinvenção por Meio do Estado*, p. 98, 2014.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. *As Políticas Migratórias Brasileiras do Século XIX Ao Século XXI: Uma Leitura Biopolítica do Movimento Pendular Entre Democracia e Autoritarismo*. *Revista Direito e Praxis*, p. 2336, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/45137>